

FACULDADE DE SÃO BENTO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSO EM FILOSOFIA

MESTRADO ACADÊMICO

CLAUDEMIR COSTA BARBOSA

Um estudo Semiótico sobre a Filosofia da linguagem
a partir da Linguística de Saussure e da Pragmática
Linguística de Charles Morris

SÃO PAULO / 2012

FACULDADE DE SÃO BENTO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSO EM FILOSOFIA
MESTRADO ACADÊMICO

CLAUDEMIR COSTA BARBOSA

Um estudo Semiótico sobre a Filosofia da linguagem
a partir da Linguística de Saussure e da Pragmática
Linguística de Charles Morris

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação Stricto Senso em Filosofia
da Faculdade de São Bento do Mosteiro
de São Bento de São Paulo, como requisito
parcial á obtenção do Título de Mestre em
Filosofia.

Área de Concentração: SEMIÓTICA
Orientador: Dr. José Carlos Bruni

SÃO PAULO / 2012

FACULDADE DE SÃO BENTO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSO EM FILOSOFIA

MESTRADO ACADÊMICO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestre.

Um estudo Semiótico sobre a Filosofia da linguagem
a partir da Linguística de Saussure e da Pragmática
Linguística de Charles Morris

Elaborada por:

CLAUDEMIR COSTA BARBOSA
Como requisito parcial para a obtenção de grau de
Mestre em Filosofia

Comissão Examinadora:

Professor Dr. José Carlos Bruni
Presidente / Orientador

Professor Dr. Franklin Leopoldo e Silva

Professora Dra. Ana Carolina Soliva Soria

SÃO PAULO / 2012

“Entra em teu barco do devaneio, desatraca no lago de pensamento, e deixa o sopro do firmamento encher tua vela. Com teus olhos abertos, acorda para o que está à volta ou dentro de ti, e abre conversa contigo mesmo; pois assim é toda meditação”.

(Charles Sanders Peirce, 1839 - 1914)

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meu profundo agradecimento ao Professor Dr. Djalma Medeiros, pela grande oportunidade que me proporcionou em mais uma etapa da minha vida acadêmica, a você fica meus agradecimentos e muito carinho.

Ao meu orientador, Professor Dr. José Carlos Bruni, que com suas críticas e sugestões tornou a realização deste trabalho possível, a ele, também deixo meus agradecimentos e carinho.

Ao Professor Dr. Franklin Leopoldo e Silva e a Professora Dra. Ana Carolina Soliva Soria, deixo meus sinceros agradecimentos por aceitarem participar da Banca de Mestrado

Ao Corpo Docente do Mosteiro São Bento, que mostrou-nos o caminho do conhecimento filosófico.

Agradeço também a minha família, pelo apoio, carinho e muita compreensão.

Sumário

INTRODUÇÃO	04
Capítulo I.	07
1. O que é Semiótica?	07
1.1. Contexto Histórico	09
1.2 O signo enquanto instrumento cognitivo	13
1.3 Charles Sanders Peirce.	22
Capítulo II	35
2. Filosofia da Linguagem	35
Capítulo III.....	47
3. Ferdinand Saussure	47
3.1. O que é Linguística?	48
3.2. Contexto Histórico	49
3.2.1. O Estruturalismo	50
3.2.2. O Funcionalismo	51
3.2.3. O Gerativismo	53
3.3. A Teoria do signo Linguístico	54
3.3.1. Princípios do Signo	54
3.4. O Campo da Linguística	55
3.5. O que é Estilística?	58
3.5.1. Os Caminhos da Estilística	60
3.6. Figuras de Linguagem (Retórica)	62
3.6.1. Mimese e Inverossimilhança	64
3.7. A Persuasão no Discurso	65

Capítulo IV	68
4. A Pragmática Linguística	68
4.1. A Dimensão pragmática da Semiose	69
4.2. Conceito Teórico.....	73
Capítulo V	76
5. Conclusão.....	76
Bibliografia	86
Anexo I	87
Anexo II.....	88
Anexo III.....	89

RESUMO

As páginas que se seguem não são tentativas de desvendar, criar enigmas, contestar teorias ou ciências, a cada instante, ela é ou pode ser reformulada, reescrita, repensada e reestruturada, reduzida em certos trechos ou, como quase sempre acontece, ampliada em outros. Assim, a presente pesquisa versa sobre a “Filosofia da Linguagem” e através de sua essência, dos fenômenos linguísticos e pragmáticos, apresentar aos leitores diretrizes lógicas, métodos e estratégias para produção de adequados hábitos de estudos filosóficos. Levando em conta as leituras mais fundamentais sobre a Semiótica, a linguística e a pragmática linguística, apresentaremos ferramentas para abrir caminhos, ampliar os conhecimentos de linguagens, oferecer parâmetros para a utilização de instrumentos de leitura, incentivando e assessorando o leitor para que tenha capacidade de desenvolver o senso crítico filosófico, tendo como apoio teorias orientadoras que se farão necessárias para tal explanação. Através de apontamentos que apresentaremos com base na discussão Um estudo Semiótico sobre a Filosofia da linguagem a partir da Linguística de Saussure e da Pragmática Linguística de Charles Morris, procurar-se-á mostrar na leitura dos índices textuais e contextuais, as implicações da intencionalidade nas estratégias argumentativas utilizadas, bem como destacar alguns recursos retóricos e icônicos que caracterizam a linguagem dos autores em análise, tais como o signo, a semântica: significado e significante, a persuasão, enunciação e enunciado, a polifonia, a estilística, entre outros recursos que se fizerem necessários.

Toda análise reflexiva comprometida com o exercício da cidadania deve criar situações para que o leitor possa desenvolver sua *competência crítica*. Um dos aspectos dessa competência é o sujeito ser capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de prática oral e escrita. É o que se chama de competência linguística, ou seja, conhecimento que o falante ou o ouvinte, escritor ou leitor possui sobre a língua e a utilizam para a construção de expressões que compõem os textos. Além disso, também é relevante a competência estilística, que é a capacidade do sujeito entender ou escolher, dentre os recursos expressivos da língua, os que mais se adaptam às condições de produção, ao destinatário, às finalidades do texto e ao gênero textual escolhido, proporcionando ao leitor competências discursiva capaz de satisfazê-lo em todas as instâncias de interação que se apresentarem aos seus olhos.

Partindo do pressuposto de que a análise discursiva, linguística e reflexiva de um texto filosófico desenvolvem a capacidade de leitura, de escrita e do pensar, o desenvolvimento desse tema Um estudo Semiótico sobre a Filosofia da linguagem a

partir da Linguística de Saussure e da Pragmática Linguística de Charles Morris, é importante porque resgata e fortalece o trabalho de interpretação, dando alicerce para estudos de diversos tipos de Textos filosóficos, possibilitando leituras dinâmicas, debates, um raciocínio crítico-social em curto prazo de tempo, visto que em nossa literatura temos um amplo número de filósofos que exploraram esta modalidade tradicional muito apreciada por autores e leitores.

Palavras chave: semiótica, linguística, pragmática linguística, competência crítica, competência linguística, competência discursiva.

ABSTRACT

The pages that follow are not attempts to unravel, creating puzzles, challenging theories or science, every moment it is or may be reformulated and rewritten, rethought and restructured, reduced in certain parts, or, as often happens at other times it can be enlarged. Thus, this research to discuss with the “Philosophy of Language” and through its essential pragmatic linguistics phenomena, provide logical guidance to readers methods and strategies for the production of appropriate habits of philosophical studies. Taking into account the most fundamental reading about semiotics, linguistics and pragmatic linguistics, we present tools to open ways, expand the knowledge of languages, provide parameters for the use of instrument of reading, encouraging and assisting the reader to have the capacity to develop critical philosophical sense, having as support guiding theories that will be needed for this explanation.

Through notes that are base don the present discussion, A Study Semiotics on the Philosophy of Language, based on Saussure’s linguistics and the Charles Morris’s Pragmatic Linguistics, we will try to show, base on the reading of textual and contextual índices, the applications of intentionality in argumentative strategies used, as well as highlight some iconic and rhetorical resources that characterize the language of the authors under review, such as the sign, semantics: signifier and signified, persuasion, enunciation and declaration, polyphony, stylistics, and other resources that may be necessary.

All reflective analysis committed to the exercise of citizenship must creat situations, so that the reader can develop their critical competence. One aspect of that competence is the individual be able to use the language in a varied way to produce different effects of meaning and suit the text to different oral and writing practice. It is what is called

linguistic competence, namely knowledge that the speaker or listener, writer or reader has about language and use to build expressions that compose the texts. Moreover, it is also important stylistic competence, which is the subject's ability to understand or choose among the expressive resources of language, those best adapted to productions, the recipient, the aims of the text and the genre chosen, providing the reader with discursive competence capable of satisfying him or her in all instances of interaction that are presented to their eyes.

Based on the assumption that the discursive, linguistic and reflexive analysis of a philosophical text develops the reading and thinking, developing this theme A Study Semiotics on the Philosophy of Language based on Saussure's linguistics and the Charles Morris's Pragmatic Linguistics is important because it reveals and strengthens the work of interpretation, giving the foundation for studies of various types of philosophical texts, enabling dynamic readings, discussions, critical and social thinking in a short period of time, given that in our literature we have a large number of philosophers that explore this traditional modality that is very appreciated by authors and readers.

Keywords: semiotics, linguistics, pragmatic linguistics, critical competence, linguistic competence, discursive competence.

INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, na qual serão feitos levantamentos de dados através de leituras científicas, no intuito de identificar e analisar os conflitos a partir de alguns esclarecimentos sobre os pontos comuns e as diferenças entre uma abordagem filosófica e uma abordagem linguística, refletindo sobre as especificidades de cada uma, sobre o que caracteriza a tarefa filosófica e sobre a possibilidade de colaboração mútua.

A presente pesquisa é resultado de muitas indagações e reflexões que surgiram no decorrer de minha vida acadêmica que foram esmagadas por tantas dúvidas e incertezas e que nunca foram esclarecidas após uma leitura, pois sempre surgiram análises e interpretações fechadas, acabadas, vindo de encontro a minha visão de mundo, a minha concepção de leitura.

Você já se perguntou a partir de uma leitura, se o conteúdo que está lendo é de fato aquilo que seus sentidos informam que está entendendo? Será que aquilo que você julga entender não sofre uma distorção? Como as frases compõem um todo significativo? O que é o significado das “partes” (palavras) das frases? O que fazemos com a linguagem? Como a usamos socialmente? Qual sua finalidade? Como a linguagem se relaciona com a mente do falante e do intérprete? Como a linguagem se relaciona com o mundo? O que seria uma leitura, uma interpretação filosófica de texto? O que faz com que uma fala, a partir do texto, adquira o caráter de indagação filosófica? Como entrar nesse universo textual? Em que momento esta interpretação inicia? Será que inicia?

A leitura de textos filosóficos aliada ao prazer é, portanto, um importante e enriquecedor instrumento de aprendizagem, pois há um contato com uma pluralidade cultural, bem como uma gama de conceitos que possibilitam ao leitor um envolvimento psicológico, uma criação imaginativa, permitindo assim vivenciar inúmeras experiências, que nos leva, por vezes, refletir sobre nossas vidas.

A linha teórica ao qual nos filiaremos nesta pesquisa será fundamental para entendermos algumas ideias, teorias e conceitos sobre o tema proposto, para que possamos discorrer com mais propriedade sobre o tema proposto, dividiremos esta dissertação em cinco capítulos, assim, segundo Massaud Moisés (2002) a análise da micro-estrutura concede uma visão aprofundada de uma modalidade textual discursiva que nos leva a remontagem da obra como um todo.

No primeiro capítulo, abordaremos conceitos sobre a questão da Semiótica: a etimologia, o panorama histórico, o que é semiótica segundo Winfried Nöth (1995) e as principais linhas teóricas desenvolvidas por: Charles S. Peirce (2008).

No segundo capítulo, filaremos sobre o objeto de estudo da Filosofia da Linguagem: Língua, Linguagem e Linguística, as Ciências da linguagem, sentido e referência: história da Filosofia da Linguagem, a partir das teorias de André Jacob (1984), Danilo Marcondes de Souza Filho (1983), Ian Hacking (1999), William Payne Alston (1972).

No terceiro capítulo, discutiremos sobre, Linguística a partir das teorias de Ferdinand de Saussure (2003), nos direcionaremos aos estudos sobre:

- estilística, o estudo do estilo na linguagem;
- discurso; analisar construções ideológicas presentes em um texto a partir da filosofia materialista que põe em questão a prática das ciências humanas e a divisão do trabalho intelectual, de forma reflexiva.
- semântica; o estudo dos sentidos das frases e das palavras que a integram;
- polifonia; a presença de outros textos dentro de um texto, causada pela inserção do autor num contexto que já inclui previamente textos anteriores que lhe inspiram ou influenciam.

No quarto capítulo, apresentaremos as teorias sobre a Pragmática Linguística de Charles Morris (1976).

- pragmática, o estudo de como as oralizações são usadas (literalmente, figurativamente ou de quaisquer outras maneiras) nos atos comunicativos;

Assim, no quinto capítulo, apresentaremos uma breve tentativa de proceder a alguns esclarecimentos sobre os pontos comuns e as diferenças entre uma abordagem filosófica e uma abordagem linguística, refletindo sobre as especificidades de cada uma, sobre o que caracteriza a tarefa filosófica e sobre a possibilidade de colaboração mútua.

Filosofia da linguagem, Linguística e Pragmática Linguística são o tripé indispensável da evolução dos modelos sociais. Por meio dessas ciências, o homem pode aprofundar seu autoconhecimento e o conhecimento do mundo que o cerca e das consequências dos relacionamentos humanos em todos os níveis.

O processo semiótico é o grande nó dos estudos da Filosofia da Linguagem. Os indivíduos são inúmeros, há uma infinitude de coisas, e as palavras de uma língua são (a

princípio) finitas. Logo, compreender a dupla articulação dos signos (no plano da referência externa – do contexto – e das relações internas – do co-texto) é um exercício semiótico indispensável e interminável, uma vez que se combinam e se recombina os mesmos sinais com vistas a **representar todo o pensável**. Apesar de uma iconicidade originária (por meio da qual a referência se daria de modo quase que biunívoco) não-presente nas coisas abstratas, os categoremas e os sincategoremas aristotélicos (cf. Guerreiro, 1985) permitiriam que se representassem por linguagem todo e qualquer conteúdo pensado. No entanto, consideradas as associações sígnicas arbitrárias disponíveis, deduz-se a complexidade do processo semiótico tanto na produção quanto na interpretação dos significados. Aqui entra uma relação necessária entre Semiótica e Filosofia, no que se refere à comunicação. Segundo Proust (apud Deleuze, 2003), a Filosofia é como a expressão de um espírito universal que concorda consigo mesmo para determinar significações explícitas e comunicáveis. Assim sendo, a semiótica seria o processo fundamental de construção desse espírito universal que permitiria a comunicação entre os seres, o entendimento. Cumpre, portanto, apreciar os laços entre Semiótica e Filosofia da Linguagem para que se possa buscar a compreensão de como se utilizarem os elementos dessas ciências na produção de um paradigma social mais justo e confortável para os sujeitos contemporâneos.

CAPÍTULO I

1. O que é Semiótica?

Segundo Nöth (1995), a Semiótica como teoria geral dos signos, teve várias denominações no decorrer da história da filosofia. A etimologia do termo nos remete ao grego semeion, que significa “signo”, e sema que pode ser traduzido por “sinal” ou “signo”.

Semio-, uma transliteração latinizada da forma grega semeio-, e os radicais, parentes, sema(t)- e seman-, têm sido a base morfológica para várias derivações de vocábulo que dão nome as ciências semióticas.

Do grego semeiotiké ou “a arte dos sinais” ou Semiologia, nas ciências da linguagem, é a ciência geral dos signos e da semiose que estuda todos os fenômenos culturais como se fossem sistemas signos, isto é, sistemas de significação. Ambos os termos são derivado de “Semeion”, que significa “signo”. Ocupa-se do estudo do processo de significação ou representação, na natureza e na cultura, do conceito ou da ideia. **Mais abrangente que a linguística, a qual se restringe ao estudo dos signos linguísticos**, ou seja, do sistema signo da linguagem verbal, esta ciência tem por objeto qualquer sistema signo – Artes visuais, Música, Fotografia, Cinema, Culinária, Vestuário, Gestos, Religião, Ciência, etc.

Para Santaella (1983, p.13) “A Semiótica é a ciência que tem por objetivo de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno de produção de significação e de sentido”

Uma definição clássica, em latim, conceitua o signo como "*aliquid etat pro aliquo*" - ou seja, o signo é uma coisa que está para outra.

O estudo dos signos começa com as origens dos homens, pois entender e interpretar o mundo e os homens significa estudar signos. A antiguidade grega tinha uma “filosofia do signo”, que era uma teoria do conhecimento humano, a idade Média desenvolveu sua própria “teoria dos signos” que culminava numa tipologia elaboradíssima dos signos. Na Renascença, foram publicadas mais obras significativas sobre os signos, sob

designações tais como: scientia de signis, ou tractatus de signis. Porém, o advento da ciência geral dos signos pertence a tempos mais recentes

O diagnóstico médico na antiguidade era descrito como a “parte semiótica” da medicina. O médico grego Galenum¹ de Pergamum (139 – 199), por exemplo, classificou o diagnóstico médico como um processo de semêiosis. Aquilo que os antigos designaram como semeiônica, portanto, ainda não era a teoria geral dos signos, mas uma de suas áreas específicas, a saber, o aprendizado médico dos sintomas. Na medicina dos séculos XVII e XVIII, a forma grega semeiotica se encontrava ao lado da forma latina semiótica desde (1490). Desde o início do século XVII, surgiram as primeiras variações do conceito de semiologia, que correspondem à mais importante alternativa terminológica para o conceito semiótica. Em um tratado latino, Timpler (1617) define o ensino dos signos fisionômicos do corpo humano como semiológica ou, também semiológica.

O primeiro a aplicar a terminologia da medicina diagnóstica dentro do campo da semiótica geral, foi J.Schultetus. Em sua *semeiologia metaphysike* de 1659, o autor postulou uma teoria geral dos signos para designar o ensino dos signos, que, na filosofia da Idade Média, era estudado como doutrina ou scientia de signis.

No mesmo século, surgiu o termo semiótica para designar a teoria geral dos signos. A partir dessa tradição, ampliaram-se, nos séculos XVII e XVIII, os domínios da semiótica para uma ciência geral do conhecimento da natureza humana, denominada como semiótica moralis. Uma síntese dessa tradição da semiótica pode ser encontrada na obra de Christian Wolff (1679 – 1754), discípulo de Leibniz.

John Locke, em seu *Essay concerning on human understanding de* (1690), definiu a semiótica, sob o nome de *semeiotiké*, como um dos três grandes ramos dos estudos do conhecimento humano ao lado da física e da ética. Semiótica, para Locke, era um sinônimo da *lógica*; a semiótica deveria tratar principalmente das palavras, por serem os signos mais relevantes. Ou com Johann Heinrich Lambert, que em 1764, foi um dos primeiros filósofos a escrever um tratado específico intitulado *Semeiotiké*.

1- Galenum escreveu vários textos médicos que eram amplamente usados (porém com base em sua autoridade e tradição do que baseados em confirmação experimental).

Também na *Metaphysica* (1739) de Alexander G. Baumgarten encontram-se os conceitos de *semiótica* e *semiologia philosophica*. O filósofo e fundador da estética moderna entende esses conceitos como o campo de estudo dos sistemas de signos da língua, da escrita, dos hieróglifos, da heráldica e da numismática, entre outros. Em 1764, Johann Heinrich Lambert publicou a sua obra *Semiótica ou a doutrina da designação das ideias e das coisas*, como o segundo volume de seu *Novo organon*.

A tradição que assim se funda para estabelecer uma ciência semiótica, reconhecida como ciência filosófica, tem sua continuidade no século IX na obra de Bernard Bolzano. Em sua *Teoria da ciência* (637) de 1837, o autor desenvolve mais uma teoria original do signo, sob o título *Semiótica*. No final desse século, em 1890, o filósofo e fenomenólogo Edmund Husserl, publicou uma das suas obras principais sob o título “*Sobre a lógica dos signos*” (*semiótica*).

1.1. Contexto Histórico

A História implícita da doutrina dos signos que pertence a semiótica *avant La lettre*; trata da teoria dos signos verbais e não – verbais.

Platão (427 – 347) desenvolveu diversos aspectos sobre a teoria dos signos (signo verbal, significação), além de contribuir criticamente para a teoria da escritura. A fim de distinguir os três componentes dos signos, o filósofo estabelece um modelo platônico que tem uma estrutura triádica:

→ O nome (ónoma, nómos);

→ A noção ou ideia (eîdos, logos, dianóema);

→ A coisa (prágma, ousía) á qual o signo se refere.

Ideias são entidades objetivas que não só existem na nossa mente, como também possuem realidade numa esfera espiritual além do indivíduo.

Através de investigações elaboradas na obra “Crátilo” (sobre o juízo dos nomes), apresentou análises relacionadas aos nomes, as ideias e as coisas e se essas relações são naturais ou dependem das convenções sociais. Chegando assim as seguintes conclusões:

A – signos verbais, naturais, assim como convencionais são apenas representações incompletas da verdadeira natureza das coisas;

B – o estudo das palavras não revela nada sobre a verdadeira natureza das coisas porque as esferas das ideias é independente das representações na forma de palavras;

C – cognições concebidas por meio de signos são apreensões indiretas e, por esse motivo, inferiores às cognições diretas.

Portanto, a verdade que se exprime e se transmite por palavras, mesmo que as palavras possuam semelhanças excelentes com as coisas às quais se referem, é sempre inferior ao conhecimento direto, não imediato, das coisas. A natureza indireta da escritura em relação a língua falada é, também, a base da crítica que Platão faz á escritura no diálogo de Fédon.

Platão usou o verbo “significar” (semaínein) como sinônimo de “revelar” (delóun). Por tanto, o signo (semeíon) continuou para os gregos a ser uma percepção que indica qualquer coisa escondida (adelos) da cognição.

Segundo G. Manetti² (1993) a origem dessas concepções céticas da função comunicativa na Antiguidade clássica, faz uma retrospectiva que vai até os tratados de mancia mesopotâmica. Aí, os signos foram descritos como *omina*, ou *presságios* capazes de serem interpretados por oráculos.

Aristóteles (384 – 322) traçou distinções entre o signo incerto (semeíon) e o signo certo (tekmérion), propondo discussões sobre a teoria dos signos no âmbito da lógica. Definindo o signo como uma relação de implicação: se (q) implica (p), (q) atua como signo de (p), explicando assim, que aquilo que procede ou segue o ser ou o desenvolvimento de alguma coisa é um signo do ser ou do desenvolvimento dessa coisa. Também descreveu o signo como uma premissa que conduz a uma conclusão e chamou o signo linguístico de “símbolo” (symbolon) e o definiu como um signo convencional das “afecções (pathémata) da alma”, pois são retratos das coisas (prágmata). Suas teorias apresentam o modelo de signo triádico.

Os Estóicos (a.C.. 300 a.C. – 200 d.C.) também desenvolveram um modelo triádico a base da teoria dos signos.

A – semínon, que é o significante, a entidade percebida como signo;

B – semainómenon, ou lékton, que corresponde á significação ou significado;

² Theories of the sign in classical antiquity, Bloomington, Indiana Univ. Press, 1993.

C – tygchánon, o evento ou objeto ao qual o signo se refere.

Assim, significante e objeto são entidades materiais, já o significado é uma entidade ideal, não corporal.

Esta teoria está ligada a lógica, pois interpretavam a cognição de um signo como um processo silogístico de indução. Segundo Sextus Empiricus³ (Adv. Math. II, 245), é a proposição antecedente numa válida premissa maior que serve para revelar o consequente.

Os signos são classificados em *comemorativos*, quando se referem a observações associadas anteriormente ao signo, e *indicativos*, quando indicam fatos não evidentes.

Já os Epicuristas (a.C.. 300), desenvolveram contra os Estóicos um modelo diádico do signo, onde só entram em composição o significante (semaínon) e o objeto referido (tygchánon). Não é reconhecido o significado imaterial do signo (lékton) como componente semiótico do signo.

Há uma epistemologia materialista na base do modelo epicurista na qual o objeto físico é considerado como origem das imagens (eídola) que emanam da superfície, na forma de verdadeiros átomos. Aparecendo em forma de fantasia na cognição do receptor, sendo a imagem do objeto emitida e a imagem captada pelo observador descrevendo, portanto, os dois componentes do signo.

Porém, os Estóicos consideravam que o reconhecimento de um signo presumia para eles a capacidade de antecipação (prolépsis) por parte do receptor, tal antecipação só é possível se na mente do receptor já existirem previamente imagens mentais ou conceitos capazes de antecipar a imagem, deixando de ser um processo de cognição inteiramente mecânico. Esse modelo de signo contém uma terceira dimensão semelhante aos modelos triádicos dos signos, essa ideia de uma imagem mental antecipando uma cognição atual, está de acordo com as teorias da ciência cognitiva moderna, ao contrário da teoria epicurista materialista que hoje é uma mera curiosidade da história da epistemologia.

Outro aspecto da semiótica estóica que os epicuristas atacaram, foi a teoria da natureza inferencial do processo semiótico, para os epicuristas *Semiosis* não pressupõe combinações lógicas, porque mesmo um cão que segue a pista de um outro animal está

³ Sexto Empírico (em grego antigo: Σέξτος Εμπεirikός, transl. *Séxtos Empeirikós*; em latim: *Sextus Empiricus*) foi um médico e filósofo grego que viveu entre os séculos II e III.

apenas interpretando signos, sem conhecer as regras da indução. Uma das partes mais interessantes da contribuição dos epicuristas á história da semiótica refere-se as reflexões zoosemióticas, desenvolvidas em conjunto com especulações sobre a origem gesticular da língua.

Lucrécio⁴ (94 a.C.) no seu poema "*A Natureza das Coisas*" (I. 62-79), afirma que a origem da língua humana, dos gestos infantis e do comportamento animal não se fundamenta em convenções intelectuais, mas tem suas bases na natureza e na utilidade (*utilitas*).

A história da semiótica antiga atinge seu apogeu com as obras do maior semioticista da antiguidade Aurélio Agostinho (354 – 430), foi considerado o verdadeiro fundador da semiótica, onde desenvolveu suas ideias através dos tratados: *De Magistro* (389), *De Doctrina Christiana* (397) e *Principia Dialecticae* (384).

Definiu o signo tendo como base as teorias dos estóicos e acentuou o papel da inferência mental no processo de semiose. Para ele, os signos naturais são aqueles produzidos sem a intenção do uso como signo, mas nem por isso conduzem á cognição de outra coisa, já os signos convencionais, são aqueles que “todos os seres vivos trocam mutuamente para demonstrar sentimentos da mente”. Também apresenta uma distinção entre signos e coisas.

Em Doutrina cristã (1, 2, 2), apresentou respostas a seguintes questão.: “O que é uma coisa⁵ e o que é um signo⁶?”.

Last, but not least, a dimensão teológica da semiótica agostiana merece ser mencionada. Na interpretação de Agostinho, todas as coisas percebidas como signo são, ultimamente, signos naturais que revelam a vontade de Deus na criação terrestre. Tais ideias continuam a ser desenvolvidas na semiótica exegética⁷ medieval, no quadro da

⁴ Titus Lucretius Carus (ou Tito Lucrécio Caro), poeta e filósofo latino que viveu no século I a.C..

⁵ Agostinho “Uso a palavra “coisa” num sentido estrito para referir-se ao que nunca foi usado como signo de outra coisa, como madeira, pedra, gado ou outras tantas coisas desse gênero.

⁶ Agostinho, todo signo é, ao mesmo tempo, alguma coisa, visto que se não fosse alguma coisa não existiria. Porém, não são todas as coisas signos ao mesmo tempo.

⁷ A Teologia exegética é a área da Teologia cristã que procura estudar e interpretar os livros sagrados, como a Bíblia e o Alcorão, através da exegese. A palavra *exegética* vem da palavra grega *ekégēomai* que quer dizer: penso, saco, extrair. A teologia exegética tem como finalidade estabelecer uma estudo sistemático dos livros sagrados utilizando o conhecimento das linguas originais em que foram escritos, como o hebraico e o grego antigo.

teoria dos sentidos múltiplos do mundo e dos textos. Assim, conclui que “as coisas são conhecidas por meio dos signos”.

A semiótica medieval, também conhecida pela denominação de escolástica ou escolasticismo, desenvolveu-se no âmbito da teologia e do trívio das artes liberais: gramática, retórica e dialética (lógica). Fundamentados na filosofia estóica, os escolásticos distinguiram três ciências: a *philosophia naturalis*, a *philosophia moralis* e a *scientia de signis*, também chamada de *scientia rationalis* e equivalente à lógica. Leonino de Pádua escreveu “*Logica est doctrina principaliter de signis*”⁸. Dentre os escolásticos que desenvolveram o tema sobre os signos, temos: Roger Bacon (1215 – 1294) escreveu um tratado sob o título “*De Signis*”, Duns Scotus (1270 – 1308), Willian Ockham (1290 – 1349), o português João de São Tomás, conhecido como Jean Poinot (1589 – 1644), escreveu em seu “*Tractatus de Signis*” em 1632, publicado em uma nova edição por John Deely, em 1984.

Os temas predominantes deste período são sobre as doutrinas do realismo e do nominalismo⁹, ou doutrinas das suposições e dos modos de significação, distinção entre denotação e conotação, símbolos e imagens.

1.2. O Signo Enquanto Instrumento Cognitivo

Para a teoria dos signos existem dois elementos de grande interesse propondo definições sobre o signo enquanto instrumento cognitivo. O primeiro é a própria definição do signo enquanto meio, constituindo um esboço da ideia de semiose como mediação, o segundo é a afirmação, segundo João de São Tomás (1589 – 1644), de que os signos não são apenas instrumento de comunicação, mas também de cognição¹⁰, definidos aqui enquanto processos da semiose, contrariando o que Platão havia

⁸ Em F. Botim, “La polemica contro i Moderni Loyci [...] nella Decas Loyca di Leonino da Padova”, em *Medioevo* 4 (1978), p.108.

⁹ O nominalismo é a doutrina que não admite a existência do universal nem no mundo das coisas, nem no pensamento. Surgiu na sua forma mais radical no séculos XI por intermédio de Roscelino de Compiègne. Esse atribuía universalidade aos nomes, daí a origem do termo.

¹⁰ Cognição é o ato ou processo de conhecer, que envolve atenção, percepção, memória, raciocínio, juízo, imaginação, pensamento e linguagem, a palavra tem origem nos escritos de Platão e Aristóteles.

postulado quando distinguia entre acesso direto às coisas por cognição direta – sem uso de signos – e cognição indireta por intermediações sógnica. Tal definição da semiótica é de grande interesse no contexto do diálogo entre semiótica e o paradigma das ciências cognitivas.

Neste período existiam modelos semióticos não só para a interpretação de signos humanos, animais ou naturais, haviam também modelos ambiciosos criados para interpretação de todo o mundo natural. Assim, temos o modelo dos quatro sentidos exegeticos¹¹ e o modelo das assinaturas das coisas:

→ **Modelo dos quatro sentidos exegeticos**: provém de outro modelo desenvolvido para a interpretação de uma mera parte do mundo através de textos bíblicos, que segundo a hermenêutica¹² cristã se constitui a distinção de quatro níveis de significação, cuja exegese deve permitir aos fiéis aceder a uma verdadeira compreensão da mensagem divina:

– **o sentido *literal*, ou sentido histórico**, que explicava o sentido das personagens, localidades e eventos;

– **o sentido topológico¹³, ou moral**, impõe-se a partir do momento em que a Bíblia é escolhida como livro de vida, quer dizer, orientado para a conversão do coração;

– **o sentido alegórico**, onde se restitui o conteúdo espiritual escondido sob a letra, onde se revela que os textos sagrados dizem uma coisa diferente da que dizem à primeira vista;

– **o sentido anagógico**, ou místico, que reenvia para o movimento da alma em direção à transcendência, para o além, e a inscreve no horizonte da salvação, que constitui as raízes da doutrina cristã.

Este modelo também foi usado mais tarde como modelo de leitura do mundo natural, sendo o mundo interpretado da mesma maneira que o livro dos livros.

Dante (II Convívio II, 2-15) descreve o sentido da cidade de Jerusalém no âmbito histórico ou literal, Jerusalém é a “cidade dos judeus”; no sentido topológico, é a “alma

¹¹ Consultar página 19.

¹² A hermenêutica cristã atribui-se a tarefa de restituir o sentido oculto da Bíblia.

¹³ Sentido figurado.

do homem”; no sentido alegórico, a “Igreja de Cristo”; no sentido anagógico, a “cidade de deus do céu”.

→ **Modelo das assinaturas das coisas:** estudada a partir das obras do médico suíço Paracelsus (1493 – 1541), desenvolvendo sistema de signos naturais, onde não só Deus aparece como autor das mensagens do mundo, como também é acompanhado de três outros assinantes de signos naturais (De Nat. Rer.1591):

- primeiro o homem;
- segundo um princípio interior do desenvolvimento chamado archaeus;
- terceiro as estrelas ou planetas (Astra).

Foram ensinadas as regras através da quiromancia¹⁴; para descobrir o sentido das assinaturas nas linhas do corpo humano, os segredos semióticos da terra, do fogo, da água e dos astros, conforme a doutrina, os signos do mundo natural mantêm relações de iconicidade, analogias, afinidades que os ligam em uma relação pansemiótica.

A partir dos séculos XVII e XVIII, a semiótica desenvolveu-se no ambiente de três grandes correntes filosóficas:

- o racionalismo (na França);
- o empirismo (britânico);
- o iluminismo (na Alemanha).

As ideias inatas de René Descartes (1596 – 1650) discorriam sobre a prioridade do intelecto a partir da experiência, a consequência maior dessa teoria, foi de ter afastado da teoria do signo o aspecto referencial, descrevendo o processo semiótico em categorias mentais.

Um novo modelo de signo foi definido por Arnauld e Nicole (1683: cap.4), que compreende duas ideias (diádico).

- uma é a ideia da coisa que representa, corresponde ao significado do signo;
- a outra, é a ideia da coisa representada, se refere ao significante, às características acústicas ou visuais do signo.

A natureza do signo consiste em exercitar a segunda pela primeira, pois ***não estabelece vínculos com uma mente exterior***, limita-se a uma conexão entre duas ideias numa mesma mente.. Assim, a contribuição revolucionária da semiótica de Port-Royal

¹⁴ Quiromancia é a arte de ler as mãos. É uma Crença que julga que através da quiromancia, ou seja, da leitura das mãos, é possível descobrir o passado e o futuro, as tendências e as potencialidades do indivíduo, além de prever problemas de vários gêneros, tendo assim o reconhecimento para poder mudar e evitar tais problemas.

está na descrição do significante como imaterial, como a ideia de tal coisa, sendo a representação ou modelo mental daquele som e daquela articulação no momento da recepção, sendo o processo semiótico completamente confinado a mente, portanto o signo verbal _ o significante_ não seria a expressão acústica da palavra

O mentalismo semiótico de Port-Royal, antecipou uma das correntes das ciências cognitivas:

- construtivismo radical: descreve o processo da comunicação como autopoietico¹⁵, gerado por si mesmo.

H.R. Maturana e FJ. Varela (1972), postulam que os signos percebidos por um observador nunca pode vir de fora da sua própria mente, pois o processo semiótico se dá num sistema fechado e exclusivamente mental, os signos não circulam entre fonte e recepção, limitando-se a uma autoreferencialidade.

Enquanto empirista, Thomas Hobbes (1588-1679), ao escrever que “os nomes são signos das nossas concepções e não das coisas mesmas” define o signo verbal diádico e materialista, em um outro modelo salienta que na associação de um acontecimento com um evento conseqüente um é signo do outro.

George Berkeley (1685-1753) radicaliza a teoria diádica do signo em seu nominalismo e idealismo ontológico dizendo que a matéria do mundo não participa do processo da semiose, sendo nossas sensações de mundo, ideias impressas nos sentidos e que só existem na mente de quem as percebe. O “ser” delas é percebido: *Esse est percipi* (Berkeley 1710:§3). Todos os processos que se desenvolvem no mundo são interpretados como processos de semiose. Assim, Berkeley vê apenas relações entre “signos” e “coisas significadas”, exemplo: o barulho de carros que ouvimos nas ruas, não é causado pelo movimento do mesmo, mas é tão somente um signo deles.

Um das principais figuras da história da semiótica é John Locke (1690:§ 4.21.4) que descreveu os signos como “grandes instrumentos do conhecimento” e os distingue em duas classes:

- **as ideias**: são os signos que representam as coisas na mente do contemplador;

- **as palavras**: não representam nada, “senão ideias na mente da pessoa que as utiliza”, sendo signos das ideias do emissor.

¹⁵ Autopoiese ou autopoiesis (do grego *auto* "próprio", *poiesis* "criação") é um termo para designar a capacidade dos seres vivos de produzirem a si próprios.

Portanto, o filósofo, não admitiu que as palavras são também signos “das ideias na mente de outras pessoas com as quais nos comunicamos”

Como ideias são signos - e palavras são signos das ideias -, palavras, na definição de Locke, são signos, ou meta-signos.

Se as palavras fossem apenas signos de ideias e as ideias fossem apenas signos das coisas, a comunicação humana não seria realmente possível

A separação entre – palavras e ideias – do ponto de vista da semiótica implica sérios problemas, pois sabemos que as ideias – ou significados ligados as palavras – em muitos aspectos não são independentes das palavras que as designam, pois a significação das palavras vem apenas da percepção das coisas, mas também do sistema da linguagem que gera as diferenças entre as palavras.

No Iluminismo século XVIII grandes temas semióticos foram discutidos nas seguintes áreas:

- **epistemologia**: a passagem dos signos nos processos da percepção e a gênese dos signos.

- **hermenêutica**: a arte geral da interpretação – enfatizou o papel dos signos no processo de compreensão dos textos.

- **estética**: o papel dos signos naturais ou arbitrários na percepção do belo.

Giambattista Vico (1668-1774), em sua obra *Nuova Scienza* (1725), apresenta discussões sobre a poesia, o mito, a metáfora (formas arcaicas de pensamento, porém não são meras ficção ou distorções da realidade, mas expressões poéticas precoces da sabedoria humana), a língua e a evolução dos signos da humanidade. Acreditava em uma “história ideal e eterna”, na qual a humanidade teria passado por três fases de desenvolvimento:

- **era divina**: os homens acreditavam que tudo fosse deus ou criado por um deus, seria a época da semiose ritual, marcada por “atos religiosos mudos ou cerimônias divinas”.

- **era heróica**: deu-se por meio de emblemas visuais, brasões, insígnias¹⁶ e outros signos de posse material. O significado de herói era expresso pelo herói mítico Aquiles.

- **era humana**: foi também a idade da razão e da civilização.

Errôneo pensar que somente essa era teve acesso à verdade.

Bennot de Condillc (1715-1780) “o sensualista”, foi o autor de *Essai sur L’origine dès connaissances humaines*, desenvolveu um novo elemento na semiótica como tentativa de interpretação genética no processo da semiose, inicia com níveis primitivos (sensação, a experiência sensual imediata) chegando a níveis mais complexo (percepção, consciência, imaginação, atenção, reminiscência, interpretação, memória e reflexão).

Segundo Condillac (1746: introd.), o fundamento básico dessa interpretação psicogenética está na convicção de que “o uso dos signos é o princípio que revela a fonte de todas as nossas ideias”. Distinguiu três categorias de signos:

- **os signos causais** – estabelecem conexões entre objetos e algumas de nossas ideias por meio de circunstâncias particulares;

- **os signos naturais** – estabelecido pela natureza para expressarmos sentimentos como o medo, a alegria, a dor, etc.;

- **os signos por instituição** – os que escolhemos, tendo relação arbitrária com as nossas ideias.

A partir desse estágio é que surgem os signos causais (ou acidentais) e naturais, sendo que antes de chegar a reminiscência, a cognição se processa pré-semiologicamente.

A semiótica sensualista também discutiu sobre a origem da língua e as fases do seu desenvolvimento.

¹⁶ Insígnia é um sinal ou marca que identifica uma instituição, um cargo ou um estatuto de uma determinada pessoa. As insígnias são, normalmente, usadas sob a forma de emblemas ou distintivos.

Diderrot (1713-1784) “o enciclopedista”, em suas obras *Lettres sur les aveugles* (1749) e *Lettre sur les sourds et muets* (1751), discutiu sobre as diferenças entre comunicação verbal e não verbal, afirmando que a linguagem dos gestos não era só expressiva como mais lógica que a linguagem verbal, sendo a linearidade temporal dos fonemas na expressão verbal, que acarreta uma estrutura unidimensional, enquanto a linguagem dos gestos é tridimensional, pois corresponde mais a realidade do que as demais representações unidimensionais, como a linguagem, esta provoca uma distorção da realidade.

Desse período (século das luzes), surgiram novas ideias sobre a semiótica, que partiu de um grupo de filósofos chamados ideólogos, discutiram sobre “o estudo das origens das ideias”, constituindo uma ciência sem preconceitos metafísicos e religiosos.

O ideólogo Marie Josef Degérando (1772-1842), participou de um concurso promovido pelo Instituto Nacional da França sobre o tema “*A influência dos signos na faculdade do pensar*”. Degérando foi premiado com seu tratado “*Dês signes et de l’art de penser*”, desenvolveu a semiótica sensualista, onde propõe um modelo semiogenético que distingue dois limiares semióticos entre três níveis no processo da semiose:

- nível mais baixo – aparecem apenas as sensações, que não são reconhecidas como signos, mas como condição prévia à existência das representações;

- nível limiar – que não são signos;

- primeiro nível dos signos – que corresponde a um estado de conexão da sensação com a ideia.

Portanto, um signo é “qualquer sensação que acarreta uma ideia em nós, por causa da associação que existe entre elas” (Degérando 1800: I, 63).

Assim, o cheiro de uma rosa (sensação) evoca a ideia de sua cor e de sua forma, o ideólogo, deixa claro que tais signos são causados por fatores externos, usando a metáfora dos “signos mudos”, pois os signos nesse nível ainda não são capazes de comunicar.

Os signos prelinguísticos e naturais chamam nossa atenção para eles mesmos quando evocam uma ideia, enquanto os signos linguísticos desviam nossa atenção para as ideias que evocam.

Na teoria dos signos da semiótica alemã, o tema típico da semiótica do iluminismo é o papel dos signos na clarificação das ideias obscuras, Christian Wolff (1679-1754), em um capítulo de sua obra “Philosophia prima” (1720) denominado “De Signo” apresenta conceitos mais ligados ao passado do que com o futuro da semiótica.

Johann Heinrich Lambert (1728-1777), em seu tratado sobre a teoria geral do signo “Semiótica” (1746), esclarece sobre as fronteiras entre o pré-semiótico e o semiótico:

- **abaixo desse limiar** - há sensações que não podem ser repetidas voluntariamente;
- **acima desse limiar** - há produções de signos com cognição simbólica, único estágio que permite a reiteração das sensações necessárias para atingir clareza e cognição.

Sem tais reiterações, as sensações ficam irremediavelmente obscuras e indistintas.

Quatro tipos de signos foram distinguidos por Lambert: naturais, arbitrários, fundem-se com mais uma categoria semiótica chamados de “signos necessários”, meras imitações e representações, são signos que representam por variados graus de similitude ou iconicidade, também explorou 19 sistemas de signos e indicou a cognição simbólica como “instrumento indispensável ao pensamento”. Seus critérios de investigação são: arbitrariedade, a motivação, a necessidade, a sistematicidade e a autenticidade dos signos, alcançando graus diferenciados de aproximação a realidade, o mais alto coincide com signos científicos, que indicam relações de afinidade a ponto de assegurar que “a teoria das coisas e a teoria dos signos são permutáveis”.

Postulou também que os signos científicos deveriam estar fundados numa teoria semiótica sem signos arbitrários, pois os signos são mais perfeitos na medida em que contêm sinais de seu próprio sentido e que a arbitrariedade deveria ser banida da linguagem científica universal ou os signos arbitrários deveriam ser aproximados aos naturais e necessários.

Por tantas vezes consideradas contrárias “ciência e arte”, a iconicidade: a correspondência entre signo e mundo, era critério semiótico principal para essas duas formas de expressão.

Os iluministas viram possibilidades de atingir níveis mais altos de perfeição por meio dos signos que representem coisas por aproximação icônica, aproximando arte e ciência como irmãs gêmeas.

Gottfried Herder (1744-1803) enfatizou as afinidades entre poesia e linguagem científica ideal.

“Existe um simbolismo comum para toda a humanidade um grande tesouro no qual o conhecimento que pertence toda humanidade está guardado. A maneira autêntica de falar, da qual ainda não tenho conhecimento, é a chave para esse tesouro escondido. Quando a chave for conhecida, vai abrir o tesouro e trazer luzes para dentro dele, mostrando assim, os seus valores. Isto seria a semiótica que, agora, só podemos entender nos registros de nossas enciclopédias filosóficas: o deciframento da alma humana através da linguagem”. (Herder 1768: 13).

No romantismo, século XIX, *símbolo* e *imagem* são as noções centrais da semiótica. No idealismo filosófico, J.G. Fichte (1762-1814), escreveu sobre a importância das imagens na cognição, defendeu a tese neo-platônica de que “o sistema de conhecimentos é necessariamente um sistema de meras imagens sem nenhuma realidade, significação e finalidade” (cf. Oehler 1981: 78).

O poeta Novalis (1772 -1801), desenvolveu suas ideias retomando o passado da semiótica sobre as doutrinas renascentistas das “assinaturas das coisas”, descreveu a teoria dos signos como “assunto central de uma filosofia autêntica”, pois afirmava que “o universo fala”! e que “todas as coisas são mutuamente sintomas umas das outras” (cf. Haller 1959: 136).

G.W.F.Hegel (1770-1831) foi um dos grandes filósofos deste século que escreveu sobre as fronteiras da semiótica apresentando definições entre *signos* e *símbolos*, acreditava que com o uso de signos a percepção não é “avaliada positivamente e por si mesma, mas como a representação de outra coisa”, sendo o signo uma percepção imediata que representa um conteúdo bem diferente daquele que tem em si mesmo.

Segundo o critério da arbitrariedade, Hegel (1830:§ 458) distinguiu símbolos de (outros) signos, assim, símbolo é “uma percepção que por sua natureza própria é mais ou menos o conteúdo que se manifesta”, já nos demais signos o conteúdo perceptivo e o do significado não têm nenhuma relação. Considerou os signos arbitrários como mais idôneos à comunicação e diferentemente dos símbolos a inteligência é mais leve e tem melhor controle no uso e na percepção.

Wilhelm von Humboldt (1767-1835) desenvolveu teorias sobre o princípio da relatividade da lingüística., tornando-se a figura central para a semiótica da linguagem.

Foi radicalizado por B. L. Whorf, que mostrou a influência das diferenças estruturais entre as várias línguas do mundo sobre a cognição humana.

Bernard Bolzano (1781-1848) escreveu uma grande tratado sobre a doutrina dos signos (1837), apresentando uma investigação sobre o “aperfeiçoamento ou a utilidade dos signos”, relacionando nove vantagens a partir de seu uso na descoberta da verdade e treze regras para o uso e invenção dos signos, assim, temos algumas de suas ideias.:

- é possível pensar sem signos;
- existem signos em si mesmos, independente de sua utilização.

Lady Victoria Welby (1837-1912), exerceu grande influência até meados do século XX, participou do movimento semiótico dos Países Baixos que ficou conhecido como Signifcs, ficou conhecida pelas correspondências que trocava com Charles S. Peirce e pelos livros.:

- What is Meaning (1903);
- Signifcs and Language (1911).

1.3. Charles Sanders Peirce

Charles S. Peirce (1839 - 1914), o mais importante dos fundadores da moderna semiótica gera, teve uma vida, bastante longa, iniciou sua vasta produção com menos de 20 anos de idade. Publicou vários trabalhos em vida (cerca de 12.000 páginas _ 24 volumes de 500 páginas), porém deixou cerca de 80.000 páginas manuscritas + de 80 volumes não publicados. Em termos de obras completas temos cerca de 104 volumes, sobre Astronomia, matemática, Lógica, Filosofia da Ciência,, Filosofia da Linguagem, e Pragmática, era o nome que ele dava no geral a sua teoria, pois chamava de pragmaticismo para diferenciar de pragmatismo que se associa a Willian James, mas essa pragmática tem um viés ligado a ideia de linguagem. Portanto, qualquer discussão a respeito dele será apenas muito parcial e passivo de critica, como, aliás, como acontece na Filosofia e na ciência.

Peirce destacou-se por suas obras, de grande originalidade e complexidade, nos campos da semiótica, da teoria do conhecimento e da filosofia da ciência. Seu pragmatismo caracteriza-se pela concepção de signo que desenvolve em sua semiótica,

valorizando as várias funções do signo e as várias formas de constituição do significado, mas também pela definição de verdade que defende em sua concepção de ciência, segundo a qual suas teorias científicas são conjuntos de hipóteses cuja validade só pode ser determinada levando-se em conta sua eficácia e seu sucesso, ou seja, seus resultados, efeitos e consequências, portanto, a prática científica propriamente dita.

A tudo isso pode dar o nome de Semiótica, sendo um nome genérico ao que ele pensa é a visão que ele tem de uma lógica: Entre vários nomes, chamam suas ideias de Ciência, de Teoria, de Doutrina, algumas pessoas chamam de “Corpus Teórico” sobre as representações. Sendo a Semiótica uma forma de olhar o mundo,

O centro de toda essa teorização, de todo esse pensamento a qual podemos dar o nome genérico de **REPRESENTAÇÃO** e que também podem ser chamadas de signo, são coisas que estariam no lugar de outras coisas e por estar no lugar, não quer dizer que esteja substituindo a coisa, pelo contrário, esta coisa que representa não está no lugar da coisa:

SIGNO: • Qualquer coisa que esteja no lugar de: (represente alguma coisa, faça referência a alguma coisa, manifeste alguma coisa, que faça aparecer qualquer coisa, ou que me faça pensar em alguma coisa, ou que me faça sentir qualquer outra coisa, etc...) Sempre em algum aspecto, pois nada está no lugar de nada em todos os seus aspectos. • Se para mim aquela nuvem está fazendo referência à chuva, ela está no lugar da chuva, a nuvem é signo porque está no lugar da chuva, que ainda não veio, mas que virá.

• Um pedaço de giz está no lugar do professor em um único aspecto do professor, que é o uso dele no quadro naquele contexto em que se faz a referência a...

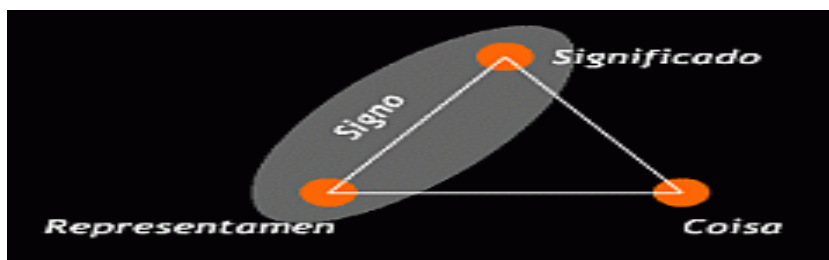
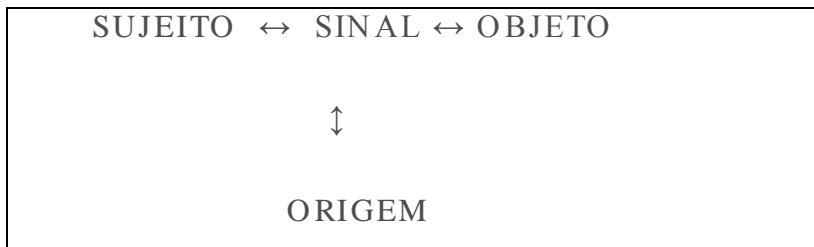


Figura I



Assim o signo é a **matéria** com que nós fazemos a nossa Linguagem, pois é composta de coisas que estão no lugar de outras coisas:

O Signo é a matéria da Linguagem
<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem é um sistema de signos (conjunto de signos) que se destina ao estabelecimento de certos vínculos (certas conexões), com o mundo e suas ideias, com base na troca de informações sobre este mundo. • Qualquer coisa pode ser signo de algo → imagens, sons, palavras, gestos, posturas, objetos do mundo, um fio de cabelo, um cheiro, um sabor, uma memória... • MUNDO = sistema de signos que compõem um mapa - Innenwelt.

Neste caso, a ideia que temos do mundo não é exatamente o mundo é composta dos signos do mundo, portanto não do próprio mundo, isso quer dizer que a minha linguagem sobre o mundo não tem que responder exatamente aquele mundo, é uma espécie de mapa desse mundo.

SIGNO E LINGUAGEM
<ul style="list-style-type: none"> • Não podemos pensar sem signos • Não podemos nos comunicar sem signos • Os signos ao mesmo tempo que nos trazem o mundo, nos separa dele.

Quando pensamos em um objeto qualquer, aquilo que está em nossa mente não é o objeto no qual estamos pensando, mas é uma imagem dele ou uma representação dele, portanto é um signo dele. Assim, há uma relação entre sujeito e objeto, há um olhador e um olhado, um sentidor e um sentido, um percebedor e um percebido, o percebido sendo objeto.

Quando sonhamos, ou pensamos, ou conversamos, estamos usando algum signo, o que nos leva a pensar que não podemos pensar sem signos e portanto, nós não podemos estabelecer nenhum vínculo comunicativo sem signos.

Ao mesmo tempo em que os signos fazem manifestar os objetos deles estão me dizendo que este objeto não está aqui, o que está aqui é o signo, assim eu não preciso ter um elefante dentro da minha cabeça para pensar nele (O que não deixa de ser uma vantagem).

- Quando nós percebemos o mundo, o que percebemos são os signos deste mundo;
- Nossa percepção do mundo, não é igual ao mundo, aquilo que vejo no mundo não é o mundo.

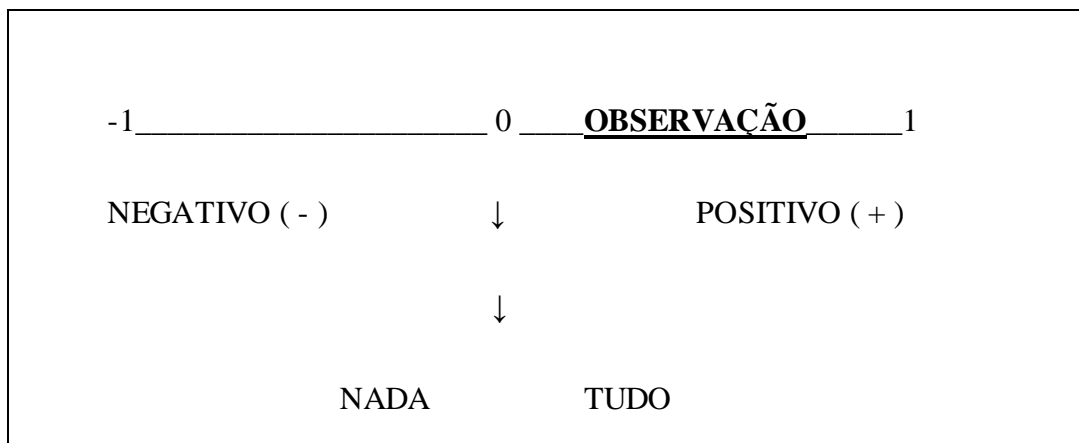
Esta impressão visual, estas luzes, ou esta luz, os feixes luminosos que entram pelos nossos olhos que é uma câmera, são interpretados dentro da **minha** cabeça e não na cabeça de todo mundo, o que quer dizer que cada indivíduo percebido tem nuances ativamente individuais na sua percepção, o que cada indivíduo percebe é determinado pela forma com que ele percebe os signos e não exatamente pelo objeto que está emanando o signo. Não é o mundo que está me fazendo ser visto é vê-lo, mas sou eu quem está vendo.

Nós todos, somos equipados para ver de acordo com certas características de cada ser, eu só consigo ver aquilo porque estou equipado para tal.

“Quem interpreta o signo é um organismo, a resposta de um signo é biologicamente”.

Se as funções indicadoras e caracterizadora **dos signos** são desempenhadas o intérprete está julgando e a combinação dos signos é um juízo (correspondente á frase da sintaxe e ao enunciado ou oração da semântica)

Os signos são “verdadeiros” enquanto determinam corretamente as expectativas dos seus usuários e assim liberam mais completamente o comportamento que foi despertado implicitamente na expectativa ou na **interpretação**.



O **nada** e o **tudo** constituem “**a coisa**”. Aquilo que está para além de nós e que nossa linguagem não consegue alcançar. Assim, como nós não conseguimos nem imaginar o universo, a infinitude do universo, porque esse tudo, este todo, esta totalidade que para nós é absolutamente imaginável, assim como não conseguimos imaginar algo perfeitamente vazio (zero), porém podemos dizer qualquer coisa a respeito do **nada** e do **tudo** e neste sentido da predicação eles são absolutamente iguais.

→ TUDO : qualquer coisa que dissermos será válida;

→ NADA: qualquer coisa que dissermos será válida;

→ LOGO: do ponto de vista das predicações.: TUDO = NADA.

Através deste gráfico podemos afirmar que nossa **observação** está no intervalo entre o -1 e o 0 e entre 0 e 1, assim estamos entre o 0,000001 e 0,99999 sem nunca chegar ao zero e nem ao um inteiro, nem na total ausência, pois não conseguimos esvaziar nossa cabeça a ponto de não chegar a nada ou de não conseguir pensar em nada e nem na totalidade, pois não conseguimos chegar ao total conhecimento, não conseguimos saber tudo sobre o mundo e é exatamente por conta desta situação que nós propomos teorias, conceitos...com a finalidade de entendermos o mundo em que vivemos.

O universo é uma profusão de signos, portanto **tudo é signo**, inclusive nós, todos somos representantes para alguém, em algum lugar, de algum jeito, de alguma capacidade.

Um signo é aquilo que sob determinado aspecto representa algo para alguém. Vai ao encontro de alguém, criando na mente desta pessoa um outro signo. O signo é uma representação de seu objeto.

Peirce, afirma que: “Os signos são divisíveis conforme três tricotomias;

- **a primeira**, conforme o signo em si mesmo for uma mera qualidade, um existente concreto ou uma lei geral;

De acordo com a primeira divisão, constatamos que um signo pode ser: Qualissigno, Sinsigno ou Legissigno.

- **a segunda**, conforme a relação do signo para com seu objeto consistir no fato de o signo ter algum caráter em si mesmo, ou manter alguma relação existencial com esse objeto ou em relação com um interpretante;

Conforme a segunda tricotomia dos signos, ele pode ser denominado: Ícone, Índice ou Símbolo.

- **a terceira**, conforme seu interpretante representá-lo como um signo de possibilidade ou como um signo de fato ou como um signo de razão.

Em conformidade com a terceira tricotomia dos signos, ele pode ser denominado: Rema, Dicissigno, Dicente ou Argumento.

Constatamos que as três tricotomias dos Signos, em conjunto, propiciam uma divisão dos Signos em dez classes de Signos, sendo elas:

- **A primeira**, um Qualissigno, o qual é um Ícone, é uma possibilidade lógica, sendo interpretada como um signo de essência, ou seja um Rema.

- **A segunda**, um Sinsigno Icônico, sendo este um objeto de experiência, determinando a idéia de um objeto; é um Ícone, sendo interpretado como um signo de essência, ou Rema.

- **A terceira**, um Sinsigno Indicial Remático, sendo que este abrange todo objeto da experiência direta, bem como, envolve um Sinsigno Icônico de um tipo especial.

- **A quarta**, um Sinsigno Dicente, ou seja um objeto da experiência direta, é um Índice.

- **A quinta**, um Legissigno Icônico, refere-se à lei geral, é um Ícone, governa Réplicas singulares.

- **A sexta**, um Legis signo Indicial Remático, é lei geral, afeta o objeto, atrai atenção para esse objeto. Sendo que suas Réplicas serão um Sinsigno Indicial Remático de um tipo especial.

- **A sétima**, Um Legissigno Indicial Dicente, é lei geral, cada um de seus casos é afetado por seu objeto, fornecendo uma informação definida sobre esse objeto. Sendo que suas Réplicas serão um Sinssigno Dicente de um tipo especial.

- **A oitava**, um Símbolo Remático ou Rema Simbólico, refere-se a um signo ligado ao seu objeto através de uma associação de ideias gerais. É um Legissigno.

- **A nona**, um Símbolo Dicente ou Proposição Ordinária, trata-se de um signo ligado a seu objeto através de ideias gerais e atua como Símbolo Remático, liga-se com o objeto indicado.

- **A décima**, um Argumento é signo, sendo que um interpretante representa seu objeto. Seu objeto deve ser geral. O Argumento deve ser um Símbolo, bem como um Legissigno. Sendo sua Réplica um Sinsigno Dicente.

Os signos dividem-se em Ícones, Índices e Símbolos. O Ícone é um signo cujas condições de significação prescindem da existência de seu objeto, isto é o Ícone pode significar quer seu objeto seja uma existência ou realidade. O Ícone prescinde do objeto para significar. Toda hipótese é Icônica. O Índice é o signo que significa tão somente através de seu vínculo existencial com o seu objeto. Desta forma é a existência do objeto que determina a possibilidade interpretante do Índice. O Índice não prescinde do objeto para significar.

O símbolo representa através de uma lei geral (regras), convencional ou semiconvencional. O Símbolo refere-se ao que possa concretizar a ideia ligada à palavra. Para ilustrar o tema em questão faremos menção ao escrito de Peirce: “Uma progressão regular de um, dois, três pode ser observada nas três ordens de signos, Ícone, Índice e Símbolo. O Ícone não tem conexão dinâmica alguma com o objeto que

representa; simplesmente acontece que suas qualidades se assemelham às do objeto e excitam sensações análogas na mente para a qual é uma semelhança. Mas, na verdade, não mantém conexão com elas. O Índice está fisicamente conectado com seu objeto; formam ambos, um par orgânico, porém a mente interpretante nada tem a ver com essa conexão, exceto o fato de registrá-la, depois de ser estabelecida. O Símbolo está conectado ao seu objeto por força da ideia da mente-que-usa-o-símbolo, sem a qual essa conexão não existiria.

Para Peirce, existem três maneiras de percebermos o mundo.:

PRIMEIRIDADE

Jeito um ou a maneira um: que recebe nome filosófico de um substantivo abstrato formado a partir de um numeral ordinal, que em inglês é chamado de “first” (primeiro mês, primeiridade ou primeira)

E como nós interagimos com as coisas que estão ao nosso redor, assim todos nós já tivemos algumas sensações indefinidas ou alguma sensação para a qual ainda não tínhamos atentado, alguma coisa que está presente para nós, mesmo que nunca a percebemos que nunca atentamos ou que nunca tivemos consciência sobre tal coisa presente, uma sensação difusa, com a emoção que tenha a ver com a beleza de algo ou de alguém que não se manifesta de uma forma visível e constatável. Esta pequena sensação que é muito inefável, ela é fugaz, é efêmera, e acaba logo e é curta, uma sensação que ainda não é reflexiva, não é pensada, ainda não é elaborada, digamos do ponto de vista cerebral, esta sensação é chamada de primeirismo.

- Mera **sensação, não reflexiva**: o tempo presente, a sensação difusa que antecede a enxaqueca, sensação de atração ainda não reconhecida.
- ISSO É UMA CAPITAÇÃO DAS MÔNADAS (é a qualidade presente nos objetos e podendo estar presentes em outras coisas) OU EFEITO PRIMEIRO.
- Exemplo.: O céu é azul, e a cadeira é azul, e a tela está azul, e a camisa do menino é azul. Na medida em que exemplifico os vários azuis, há uma única noção de azul que está presente em todas estas coisas, uma azulesa que se manifesta em diversos signos e

que não é o signo, ela só está lá, existe o ser do azul, do verde, do rosa, do vermelho. É algo destacável ou atribuível ao objeto que pode estar em outros.

Assim, o primeiro efeito é o primeiro tipo de parcialidade que percebemos.

PORQUE

Nós não conseguimos perceber os inteiros (isto é, os zeros e os uns.

Nós pensamos no tempo presente como sendo esta primeira, porque o presente é aquilo que é **incapturável na medida em que penso nele ele já se foi**, essa incapturabilidade do presente é o que faz dele o que ele é: **a primeira** que está mais perto dos (zeros), sempre o 0, 9999...

O tudo e o nada são muito parecidos, ambos constituem aquilo que podemos chamar de coisa, aquilo que está além de nós e que nossa linguagem não consegue alcançar, assim como nós não conseguimos imaginar o universo e sua infinitude, sua totalidade, também não conseguimos imaginar algo que seja o perfeito vazio desse zero, porém mesmo assim posso dizer qualquer coisa a respeito do TUDO e do NADA e nesse sentido da predicação eles são absolutamente iguais por que nós podemos falar qualquer coisa a respeito deles.

Sendo a categoria do que é primeiro, daquilo que não tem relação com nada mais. Ou seja, é a categoria do incondicionado, da espontaneidade, daquilo que é livre e singular. Dessa forma, não permite formação de conceito, posto que o conceito não pode capturar aquilo que é livre de ordem e puramente espontâneo, ou seja, assimétrico. Refere-se também a um estado de pura contemplação, próprio do artista, esse sim, capaz de com uma linguagem poética, atingir o universo de fenômenos caracterizado pela pura liberdade. Do ponto de vista da lógica, a primeiridade se caracteriza como a categoria da possibilidade, em contraposição ao necessário (terceiridade). Dando um passo metafísico, a primeiridade aparece como acaso.

SEGUNDIDADE

Quando a primeiridade deixa de ser presente pra ser um passado, ela se coloca em minha percepção como uma relação entre esses dois tempos: o sujeito e o passado, portanto tenho algo que é signo para o sujeito. Essa relação binária está pressuposta na segundidade ou segundesidade, esse jeito de perceber o mundo é a condição de dizer que existe o mundo, pois só posso percebê-lo se estiver lá.

JEITO DOIS

- O efeito segundo pressupõe duas coisas: um sujeito e um objeto, e isto é o signo do sujeito;
- CONDIÇÃO MÍNIMA DA EXISTÊNCIA: no universo da linguagem: algo existe se está para mim;
- Ação / reação; / • Causa / efeito;
- Prestar atenção; / • Estar aqui / ai / lá;
- Ver sabendo que vê; / • Pensar sabendo que pensa;
- Indicar.

Pensar em algo significa estar perante algo, perante uma ideia, assim algo existe se está para mim.

Eu só posso dizer que algo é passado na medida em que tenho outro algo para compará-lo ao primeiro. Aristóteles dizia que o tempo é a medida do antes e do depois.

- JEITO DOIS: vejo uma borboleta.
- JEITO UM: ela tem uma azuleza
- Vejo isso de repente e ao olhar vejo como um todo não por partes.

Só posso dizer que vi uma borboleta (signo do objeto) porque tenho uma noção de borboleta em minha cabeça, se não tivesse uma memória de borboleta não saberia que objeto é aquele, portanto, na minha linguagem tem um componente que se chama memória, o que vai ser lembrado na hora em que o objeto aparecer. A memória vai se

produzindo na medida em que os objetos estão lá, assim o reconhecer é o conhecer novamente é ver, nomear, comparar, conceituar. Podemos dizer que a linguagem nós ajuda a ver o mundo porque o mundo já foi visto por ela e eu já vi o mundo por ela antes e ela me vê.

Reconhecer é nomear e equivale a uma operação triádica.

É a categoria do que aparece como segundo ou outro, ou seja, é a categoria do que aparece como fato bruto, reagente, que exerce uma força contra a consciência que a experimenta, e aparece como algo independente dessa consciência ou mente. É a categoria do mundo externo e, dessa forma, desveladora do mundo interior, constituído pelas categorias de primeiridade e terceiridade. É a categoria do particular, do individual, da descontinuidade e do fatural. Dando um passo metafísico, a segundidade aparece como a categoria da existência.

TERCEIRIDADE

O signo visto por mim está para (refere-se a, fica no lugar de) um conceito de algo que a interpreto como sendo análoga a minha memória (isto é um signo). Portanto, minha memória tem registro de um efeito que representa alguma coisa em um determinado tempo, assim, estamos ligando uma memória à outra memória, estabelecendo uma conexão chamada sistema de signos, sendo esta memória uma linguagem. Seu eu vejo algo como representante de alguma coisa, isto significa que estou vendo terceiramente.

Ver algo como signo é ver este algo terceiramente

UM: SENSEÇÃO, QUALIDADE, FORMA;

DOIS: VER EM ATO (O QUE ESTÁ ACONTECENDO), O ATUAL, O SUJEITO E O OBJETO (RELAÇÃO DE DOIS);

TRÊS: O ENTENDER, O NOMEAR, O SABER, A LEI.

Esta relação de três é absolutamente inevitável quando estou falando de Linguagem, pois há necessariamente um **para alguém** e o **para alguém** constitui aquilo que podemos chamar de “as condições de uso da linguagem”.

Neste caso, três é uma “lei” porque é o registro simbólico (convencional) de uma memória.

Ou ainda, é a categoria do que coloca um segundo em relação com um primeiro, ou seja, do que aparece como um terceiro. É a categoria do universal necessário, do pensamento, do aprendido, do relacional, da aquisição de hábitos. É a categoria que envolve o tempo e por isso pode apreender a ordem das coisas e apresentá-la em forma de conceito. Dando um passo metafísico, aparece como lei.

O três resulta da relação do dois com o um, pois se interpõe entre um e dois, está no meio, assim só consigo pensar em três na medida em que tenho o um e o dois, só consigo pensar em meio quando tenho o princípio e o fim

→ O princípio é o um;

→ O meio é um três;

→ O fim é um dois.

Na filosofia de Peirce, a Existência é conceituada da seguinte maneira: experimentamos as reações das coisas contra nós, isso é descrito fenomenologicamente pela categoria de segundidade; ora, da mesma forma que experimentamos as reações das coisas contra nós, dando um passo metafísico, podemos dizer que as coisas ou objetos reagem entre si, apresentando-se como essa coisa e não aquela, ou seja, como particulares. A esse mundo de particulares que reagem entre si, do mesmo modo que reagem contra nós, Peirce chamou de existência. Dessa forma, a Existência está associada à segundidade

A Realidade, para Peirce, é o mundo de relações entre os particulares, ou seja, entre o mundo da existência, caracterizando um estado de coisas que é absolutamente independente do que qualquer mente ou coleção de mentes possa pensar sobre ela. Dizer que há realidade é dizer que o mundo não é constituído apenas por qualidades e coisas particulares, mas também de uma relação entre os mesmos, relação tal que independe do

que dizemos sobre ela, ou do que queiramos que ela seja. Supor que há não só qualidade e existentes particulares, mas também relações entre os mesmos é assumir que há uma permanência nas coisas do mundo, uma continuidade que permitiria o estabelecimento de relações e seria, assim, responsável pela ordem que inegavelmente vemos em alguns fenômenos. Essa ordem é o que permite o conceito e a ciência. O Real só é apreensível através da ordem, do tempo, do conceito, por isso está associado à terceiridade.

Todo conhecimento e toda ciência é uma Linguagem e toda Linguagem segundo Peirce é chamada de três. Destarte, toda e qualquer coisa que substitua ou represente outra, em certa medida e para certos efeitos, que se organize sob a forma de linguagem, verbal ou não, é objeto da Semiótica, logo, tudo é signo!

A importância da semiótica está intimamente ligada às teorias persianas sobre signo e suas partes, sendo um campo de conhecimento que interroga e analisa objetos existentes no mundo, tudo aquilo que significa. A todo o momento há um fluxo inesgotável de mensagens passando por nossa consciência, resultando em diversas sensações e estímulos. Partimos do pressuposto de que tudo aquilo que existe no mundo emite algum significado, sentido, mensagem, assim a Semiótica procura investigar como essa significação é feita, que efeitos de sentido determinado objeto **traz** ao simples existir.

A principal utilidade desta ciência é possibilitar a descrição e análise da dimensão representativa (estruturação) de objetos, processos ou fenômenos em categorias ou classes organizadas. Assim, a Semiótica pode contribuir, fortemente, para a eficácia da comunicação social, na medida em que estuda a utilização das linguagens (de caráter verbal e/ou não verbal), considerando os contextos (ligados ao emissor e/ou ao receptor) das mensagens. Admite-se que a comunicação é eficaz, quando o emissor, com a sua mensagem, consegue atingir os seus objetivos junto aos receptores.

A Semiótica é muito útil no estudo de qualquer fenômeno relacionado à transmissão e retenção de informação. Estabelece ligações entre um código e outro código, entre uma linguagem e outra linguagem.

CAPÍTULO II

2. Filosofia da Linguagem

Pretende-se que este estudo ofereça aos estudantes e aos leitores os instrumentos necessários não apenas para acompanhar uma iniciação ao campo da filosofia da linguagem, mas também para o estudo e a investigação autônomos posteriores.

Para isso é percorrido um trajeto que conduz das intuições pré-teóricas acerca de linguagem, até um conhecimento disciplinar específico, histórico e temático, da filosofia da linguagem. Existem, evidentemente, diferentes concepções quanto à centralidade da filosofia da linguagem nos planos de estudos de Filosofia; importa por isso mesmo tornar claros os pressupostos que conduzirão à proposta que aqui se explora.

A proposta apresentada na presente pesquisa procura conciliar um ponto de vista temático – centrado nas questões do sentido¹⁷ e da referência ou, mais em geral, na questão das relações entre a linguagem, o pensamento e o mundo – com um ponto de vista histórico.

A referência histórica central para este capítulo são as obras de Gottlob Frege (1848 – 1925), André Jacob (1984), Bertrand Russell (1872 – 1970) e Ludwig Wittgenstein (1889 – 1951). Assume-se que é nas obras desses autores que se define a problemática da filosofia da linguagem a que se pode chamar contemporânea (se considerarmos o estado atual do tema posto em discussão, é mais apropriado dizer que é aqui que se constitui uma *pré-história* da filosofia da linguagem contemporânea). Estes autores são ainda exemplos paradigmáticos de uma nova forma de abordar os problemas tradicionais da filosofia a que se convencionou chamar ‘filosofia analítica’. Em termos cronológicos significa que esta exposição centra-se no desenvolvimento da disciplina entre as décadas do século XIX e meados do século XX. É nesse período que se define a problemática da filosofia da linguagem a que se pode chamar contemporânea. Essa escolha liga-se também a outro objetivo desta proposta: **“levar os estudantes e leitores a compreender a importância da filosofia da linguagem na história da filosofia analítica e, a partir daí, o contraste da filosofia analítica com outras tradições filosóficas”**. Embora a filosofia da linguagem contemporânea seja de fato muito técnica.

¹⁷ Com ‘sentido’ refiro-me aqui ao significado da palavra inglesa *meaning*. No que se segue, e nomeadamente na exposição das teorias dos vários autores, ‘*meaning*’ será traduzido por vezes como sentido, por vezes como significado, por vezes como significação.

Não pretendemos com isso de alguma forma impedir o acesso dos estudantes ao que de mais interessante se faz hoje em filosofia da linguagem: nossa prioridade prática é **“despertar o interesse dos leitores para a área, de uma forma que fosse acessível e apelativa, podendo aqueles nos quais exista tal vocação técnica (lógica e linguística, por exemplo) vir a desenvolvê-la posteriormente”**. A riqueza histórica desperta naturalmente o interesse dos estudantes para a área: a filosofia da linguagem é talvez a disciplina capaz de oferecer uma perspectiva fascinante e densa do que tem sido a história e o espírito da filosofia analítica nos últimos cento e vinte anos aproximadamente¹⁸

Pretende-se que os estudantes identifiquem e comparem abordagens filosóficas e científicas da linguagem. Para que os mesmos compreendam o contexto filosófico mais geral das investigações da filosofia da linguagem realizadas no âmbito da filosofia analítica.

N. Chomsky (1928) é a figura central para a caracterização da perspectiva das ciências da linguagem. A sua obra é essencial para a revolução em linguística que coloca esta como uma ciência cognitiva e que relaciona o estudo da mente-cérebro com o estudo de linguagens formais.

Ainda procurando exemplificar a perspectiva das ciências da linguagem são fornecidos alguns dados elementares do âmbito da neurociência da linguagem e são brevemente contrastadas as características da linguagem humana e de linguagens animais. Finalmente introduz-se a perspectiva da psicolinguística, através da referência a questões relativas ao léxico mental, redes semânticas e modelos de produção e de compreensão da fala.

Pretende-se fazer emergir de forma concreta, por comparação, aquilo que é especificamente filosófico nos estudos da linguagem: as questões semânticas e pragmáticas em torno do sentido, da referência e da verdade, pondo em jogo relações com a lógica, a filosofia da mente, a epistemologia e a metafísica.

A linguagem é um entendimento humano, é uma expressão da capacidade dos seres humanos num processo natural, em que os humanos nascem e começam imitar os outros até que a linguagem se torna uma relação de conhecimento do grupo ou do meio onde o homem convive. A linguagem no seu entorno é um sistema de signos ou sinais usados

¹⁸ Tomo como referência a obra que marca o início do período temporal estudado no Curso adiante proposto (*Begriffsschrift* de G. Frege, obra publicada em 1879)

para diferenciar as coisas, e para a comunicação entre as pessoas e para a expressão de ideias, valores e sentimentos e ao mesmo tempo cada palavra possui a sua filosofia.

Por exemplo, Platão (429-347 a.C.), no seu diálogo *Crátilo*, Aristóteles (384-322 a.C.) nas *Categorias* e em *Da interpretação*, J. Locke (1632-1704) no *Ensaio sobre o Entendimento Humano* e J. J. Rousseau (1712-1778) no *Ensaio sobre a origem das línguas* defenderam ideias sobre a natureza da linguagem.

Platão considera que a linguagem pode ser um medicamento ou até um remédio para o conhecimento, porque através dela podemos estabelecer diálogo, discursos e pela comunicação, conseguimos descobrir a nossa sabedoria e a ignorância de aprender dos outros e perguntava-se se as palavras significariam intrinsecamente alguma coisa ou se seriam apenas símbolos convencionais.

A linguagem está sempre à nossa volta, pronta a envolver nossos pensamentos e sentimentos e acompanhando-nos em nossa vida. Ela não é um simples fio ou teia profundamente tecido na trama do pensamento, mas é um tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de pai para filho, ou seja, de geração a geração. É teia porque liga conceitos e palavras em entendimentos e os mesmos se transformam em conhecimentos e teorias.

Os estudos mostram que Filosofia da Linguagem está ainda menos bem definida e possui um princípio de unidade ainda menos claro do que a maioria dos outros ramos da Filosofia. Os problemas da linguagem que são tipicamente tratados pelos filósofos constituem uma coleção pouco interligada, para a qual é difícil encontrar qualquer critério nítido que a distinga dos problemas de linguagem de que se ocupam gramáticos, psicólogos e antropólogos. Podemos chegar a uma noção inicial da amplitude dessa coleção fazendo um levantamento dos vários pontos onde, no âmbito da Filosofia, surge o interesse pelos problemas da linguagem.

Sócrates afirmava que descobrindo e exprimindo significados podemos nos comunicar e nos relacionar com os outros, fazendo indagações sobre as transformações da sociedade.

A linguagem se refere ao mundo através das significações segundo Aristóteles, e por isso podemos relacionar-nos com a realidade através da palavra. E a linguagem se relaciona com os sentidos já existentes e cria sentidos novos e, por isso, podemos relacionar-nos com o pensamento através das palavras. Nas *Categorias*, Aristóteles analisou a natureza do ato de dizer alguma coisa acerca de alguma coisa e considerou a forma como termos simples (sujeitos e predicados) se combinam de modo a formar asserções; apontou ainda as substâncias primeiras (indivíduos, como *este homem* e *este*

cavalo) como os sujeitos das predicções. Em *De Interpretatione* analisou as relações entre as palavras, as ideias na alma e as coisas no mundo, considerando que as palavras faladas são símbolos das afecções da alma, as palavras escritas são símbolos das palavras faladas, e as afecções da alma são imagens das coisas (ele considerava que as palavras escritas e faladas não são as mesmas para todos os homens, mas as afecções da alma sim).

A medida que a Filosofia consiste em análise conceitual, está sempre interessada na linguagem. E, se toda grande parte da tarefa do filósofo é fazer ressaltar as características do uso ou da significação de várias palavras ou formas de enunciado, então ser-lhe-á essencial proceder de acordo com alguma concepção geral da natureza, do uso e da significação linguísticos. Isso se torna ainda mais importante quando os filósofos analíticos se envolvem em persistentes debates sobre o que certa palavra significa ou sobre se duas expressões ou formas de expressão têm o mesmo ou diferente significado.

No *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (1689) Locke analisou a forma como palavras ‘exprimem’ ideias, sendo estas entidades subjetivas que existem nas mentes dos humanos anteriormente à linguagem.

A língua é uma totalidade dotada de sentido na qual o todo confere sentido às partes, isto é, as partes não existem isoladas nem somadas, mas apenas pela posição e função que “**o todo**” da língua lhes dá e seu sentido vem dessa posição e dessa função. Assim, a língua, se distingue nos seus significados e conceitos e a cada significante em

uma cadeia ou grupo organizado de signos que permitem a expressão dos significados e garantem a comunicação.

A diferença entre língua e linguagem como distinção entre os conceitos podemos dizer que a linguagem é mais ampla que a língua. O conceito de linguagem tem mais espaço de liberdade semântica ou mesmo a imprecisão do que o conceito de língua. Assim podemos falar de linguagem escrita, linguagem verbal, linguagem musical, linguagem visual, linguagem matemática, linguagem simbólica e também de linguagem filosófica etc.

Parece-nos que a linguagem pode ser caracterizada como a capacidade viva que têm os falantes de produzir e entender enunciados, e não com os produtos observáveis que resulta do ato de falar ou de escrever. Ela é uma habilidade criadora e não um mero produto. Pode ser definida ainda, como um vetor essencial da comunicação e existe uma procura cada vez mais forte de tratamento dos conflitos sociais em termos de

disfuncionamento da comunicação. A linguagem também pode ser conceituada como meio de expressões e dos sentimentos individuais que, por ela, o homem se comunica coletivamente.

Ao apresentar a teoria dos atos de fala, ou de que o uso da linguagem tem precedência sobre a semântica, nos distanciamos das posições essencialistas da filosofia. Por outro lado, parece que a filosofia não tem mais nada a fazer ou que se confundiu com a sociologia ou antropologia.

Segundo Austin (1911 – 1960), existe um campo de investigação que é próprio da filosofia e que só ela é capaz de realizá-lo. Trata-se da análise da linguagem que parte da linguagem comum, como outras ciências, mas que não permanece na mera superfície dos fenômenos. Interessa à filosofia não o uso que se faz de uma língua nesta ou naquela cultura, mas sim as regras subjacentes às diferentes interações lingüísticas.

Ao contrário do cientista, que busca regularidades empíricas através de entrevistas com os usuários de uma determinada língua, o filósofo realiza um saber reconstrutivo da língua como um sistema de ação regrada. Ou seja, interessa à filosofia quais as condições de possibilidade de funcionamento de uma linguagem. Por exemplo: o que torna possível um ato de fala?

A filosofia não busca meramente apresentar os fenômenos, mas entender as condições de possibilidade e de validade em que eles se realizam. Dizer, por exemplo, que o sentido de uma locução é dependente do contexto, não explica como é possível traduzir uma expressão de uma língua para outra. A tradução mostra justamente que é possível passar de um jogo de linguagem para outro, o que colocaria a questão: será que além dos contextos específicos em que se realiza uma fala, não existem determinadas regras ou condições que são independentes do contexto? Ou ainda: existem regras comuns a qualquer jogo de linguagem (por exemplo, seguir regras)?

Austin não chegou a investigar sobre a possibilidade de fazer uma crítica da linguagem a partir de princípios normativos, isto é, a partir de uma "metarregra" ou "metalinguagem" capaz de oferecer critérios para avaliar a linguagem comum, mas abriu o caminho para uma nova geração de filósofos contemporâneos, como John Searle, Jürgen Habermas e Karl-Otto Apel, entre outros.

A palavra linguagem vem dos mitos que em tese significa ideia, falas, pensamentos e realidade de alguma coisa. Durante muito tempo a Filosofia preocupou-se em esclarecer definições interessantes da origem e as causas da linguagem. Entendemos que a linguagem é da natureza humana, ou seja, as palavras possuem um sentido próprio e necessário e uma convenção de decisão consensual da sociedade, e em vários casos são

arbitrárias, e a sociedade poderia ter escolhido outras palavras para designar as mesmas coisas. A Filosofia da Linguagem cumpre uma função comunicativa, por meio das palavras, na relação com os outros, no diálogo, através de questionamentos reflexivos chegando a ter contradições nos pensamentos. A linguagem é constituída pela distinção entre a língua e fala ou palavra.

Entende-se que a linguagem é elemento constituinte do humano, e o homem busca com ela significados, pensamentos, sentimentos, emoções, interesses, vontades e atos.

Através da linguagem se organiza o mundo humano, construindo sentido para o que faz e aprende, bem como para o que existe e acontece no mundo.

A língua são duas instituições sociais, um sistema e uma estrutura composta pelas suas regras e princípios enquanto fala é um ato individual de uso da língua.

Por isso, a linguagem é uma forma de nossa experiência total, de seres que vivem no mundo e com outros possuem uma dimensão de nossa existência.

(...Homens dominam outros homens e é assim que nasce as diferenças dos valores, classes dominam classes e é assim que nasce a idéia de liberdade em cada momento da história a denominação se fixa em um ritual. A regra e o prazer calculado

da obstinação, é o sangue prometido. Ela permite reativar sem cessar o jogo da dominação, ela põe em cena uma violência meticulosamente repetida.

A humanidade não progride lentamente, de combate em combate, até uma reciprocidade universal em que as regras substituiriam para sempre a guerra, ela instala cada uma de suas violências em um sistema de regras, e prossegue assim de dominação em dominação. “pag 24 – 25”...)

(... “Em si mesmas as regras, são vazias,, violentas, não finalizadas, elas são feitas para servir a isto ou aquilo, elas podem ser burladas ao sabor da vontade de uns ou de outros. O grande jogo da história será de quem se apodera das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto, de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os denominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras. Mas se interpretar e se apoderar por violência ou sub – reação.

De um sistema de regras que não tem em si significação essencial e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em outro jogo e submetê-los a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações.

*E a genealogia trata-se de fazê-las aparecer como acontecimentos no dos procedimentos “pag. 25 -26”... (FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.**),*

Em todo processo a linguagem é a base fundamental da vida social e com ela o homem elabora as suas ideias na sociedade. Com a linguagem homens e mulheres se expressam, representam as coisas, os outros, com os quais se comunicam. Não havendo linguagem a convivência humana seria muito diferente do que é no meio social.

A linguagem é elemento constituinte do humano, pois com ela o homem significa pensamentos, sentimentos, emoções, interesses, vontades e atos. Com ela, organiza o mundo humano, construindo sentido para o que faz e aprende, bem como para o que existe e acontece no mundo.

Uma comunidade de linguagem como resultado de uma semelhança de tradição através da família e ambiente social envolve facilita o entendimento mútuo e promove, portanto, no grau mais alto, toda espécie de relação social. Por si a linguagem não é suficiente para constituir uma comunidade, mas meramente facilita a comunidade entre grupos envolvidos e, portanto, possibilita relações de sociedade. Ela faz isso através do contato entre indivíduos que falam a mesma língua e compartilham outros tipos de interesse. Uma orientação para as regras de uma língua comum é primeiramente útil como um meio de comunicação, mas não suficiente para prover a substância da relação social. É apenas com o surgimento de diferenças conscientes, em relação a terceiros, que o fato de dois indivíduos falarem a mesma língua e compartilham de uma situação comum pode levá-los a experimentar um sentimento de comunidade e a criar modos de organização social conscientemente baseado na participação de uma língua comum.

A linguagem é elemento fundamental da vida social. Com a linguagem homens e mulheres se expressam, representam as coisas, os outros, com os quais se comunicam. Sem ela a convivência humana seria muito diferente do que é. A linguagem e língua são a mesma coisa, já que antes os exemplos eram sobre falar e escrever, que a língua é um tipo de linguagem entre muitos.

A língua é linguagem, mas não é toda linguagem, muito embora seja, ao longo da história, a linguagem é mais importante para o homem. As linguagens são classificadas em dois grandes tipos: as não-verbais e as verbais.

Entre as não-verbais você encontra a linguagem por sinais, por gestos, por desenhos, por cores, etc. Já a linguagem verbal são as diversas línguas faladas e escritas no mundo.

As línguas são convencionais, foram criadas por homens e mulheres em determinadas condições históricas e foram se constituindo em estrutura independente de quem as usa. Como estrutura, a língua pode ser entendida como um código, um sistema simbólico, pelo qual os signos se movimentam, indo do falante ao ouvinte, do escritor

ao leitor. Para isso, tem de haver um emissor (falante ou escritor) que codifica (simboliza) na língua seu pensamento e emite um signo para um receptor (ouvinte ou leitor) que o recebe e decodifica. O emissor e o receptor precisam compartilhar saber usar a língua na sua estrutura (ter competência para isso, ter participação numa comunidade linguística) e saber usá-la de sua própria maneira (os atos de fala ou de linguagem que realiza), ou seja, ter uma forma de falar que comunique. Codificar e decodificar signos supõe que as línguas sejam transparentes como códigos.

É como se o que fosse dito na fala ou na escrita tivesse um significado preciso, que pode ser compreendido pelo simples fato de se saber usar a língua. E se alguém não consegue entender os significados veiculados na língua é porque não tem competência, não sabe usá-la. Esse é um jeito de significar e entender a língua. Contudo há uma outra forma. Quando você aprendeu a falar, quando aprendeu a usar a língua portuguesa, ela já tinha sua estrutura, porém só ao vivenciar suas experiências com ela é que a língua passou a existir, na prática, para o homem. Então, as práticas socioculturais com a língua dizem respeito, primeiramente, a fala humana. O homem, ao falar, criou a língua, como uma instituição sociocultural, para poder expressar alguma coisa para os outros, independentemente das regras de combinações e uso que a estruturam.

Segundo Cotrim (2010), o surgimento da linguagem é um fato fundamental na história humana. Não seria possível a organização dos seres humanos em sociedade sem a linguagem e vice-versa. Isso indica que a linguagem e a vida em sociedade devem ter surgido praticamente ao mesmo tempo. É difícil determinar qual a origem da linguagem, pois não há muitas pistas.

As primeiras explicações sobre a origem da linguagem têm seus fundamentos na religião. Deus teria dado a Adão uma língua e a capacidade de nomear tudo o que existe. Haveria apenas uma língua, em que cada palavra teria apenas um significado. Mas como explicar a diversidade das línguas?

Na Bíblia, segundo o livro de Gênesis "o mundo inteiro falava a mesma língua, com as mesmas palavras" (Gn 11,1). Os homens resolveram, porém, criar uma cidade com uma torre tão alta que chegaria a tocar o céu e os tornaria famosos e poderosos. Então Deus, para castigá-los, fez com que ninguém mais se entendesse e os homens passaram a falar línguas diferentes. Assim, os construtores da torre se dispersaram e a obra permaneceu inacabada.

A diversidade das línguas surge como forma de evitar a centralização do poder. A cidade dessa história bíblica ficou conhecida como Torre de Babel, que significa "confusão".

O filósofo Jean-Jacques Rousseau¹⁹ (1712-1778) supôs que a linguagem humana teria evoluído gradualmente, a partir da necessidade de exprimir os sentimentos, até formas mais complexas e abstratas. Para Rousseau, a primeira linguagem do homem foi o "grito da natureza", que era usado pelos primeiros homens para implorar socorro no perigo ou como alívio de dores violentas, mas não era de uso comum.

No *Ensaio sobre a origem das línguas* (1781) especulou acerca da origem das línguas humanas nas paixões, bem como acerca da proximidade entre as línguas humanas e a música, considera que a linguagem nasce de uma profunda necessidade de comunicação:

“Desde que o homem foi reconhecido por outro como um ser sensível, pensante e semelhante a si próprio, o desejo e a necessidade de comunicar-lhe seus sentimentos e pensamentos fizeram-no buscar meios para isto” (PENSADORES, 1991, p.234).

A colocação de Rousseau mostra que os gestos e vozes, também buscam expressões, comunicações e filosofias relacionadas a linguagem.

A linguagem propriamente dita só teria começado "quando as ideias dos homens começaram a estender-se e a multiplicar-se, e se estabeleceu entre eles uma comunicação mais íntima, procuraram sinais mais numerosos e uma língua mais extensa; multiplicaram as inflexões de voz e juntaram-lhes gestos que, por sua natureza, são mais expressivos e cujo sentido depende menos de uma determinação anterior".

Já o filósofo e psicólogo americano George Herbert Mead (1863-1931), contrariamente a Rousseau, afirmava que a linguagem gestual precedeu a linguagem falada. A necessidade de combinarem certos gestos para coordenarem suas ações durante as caçadas ou fugas de outros animais levou os homens a desenvolverem certos gestos comuns que se repetiam.

Nesse processo, a comunicação se torna possível pelo fato dos indivíduos adotarem o mesmo significado para um gesto evocando uma vivência anterior do próprio indivíduo. Segundo Mead²⁰, quando o gesto chega a essa situação, converte-se no que chamamos de "linguagem", ou seja, um símbolo significante que representa certo significado.

A linguagem é, assim, um dos principais instrumentos na formação do mundo cultural, pois é ela que nos permite **transcender** as nossas experiências. No momento

¹⁹ Jean Jacques Rousseau, "Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens".

²⁰ Mead, G., "Mind, Self and Society".

em que damos nome a qualquer objeto da natureza, nós o individualizamos, o diferenciamos do resto que o cerca; ele passa a existir para a nossa consciência. Com esse simples ato de nomear, distanciamos-nos da inteligência concreta animal, limitada ao aqui e agora, e entramos no mundo do simbólico. O nome é símbolo dos objetos que existem no mundo natural e das entidades abstratas que só têm existência no nosso pensamento (por exemplo, ações, estados ou qualidades como tristeza, beleza, liberdade).

O nome tem a capacidade de tornar presente para a nossa consciência o objeto que está longe de nós. O nome, ou a palavra, retém na nossa memória, enquanto ideia, aquilo que já não está ao alcance dos nossos sentidos: o cheiro do mar, o perfume do jasmim numa noite de verão, o toque da mão da pessoa amada; o som da voz do pai; o rosto de um amigo querido. O simples pronunciar de uma palavra **representa**, isto é, torna presente à nossa consciência o objeto a que ela se refere. Não precisamos mais da existência física das coisas: criamos, através da linguagem, um mundo estável de ideias que nos permite lembrar o que já foi e projetar o que será.

Assim é instaurada a temporalidade no existir humano. Pela linguagem, o homem deixa de reagir somente ao presente, ao imediato; passa a poder pensar o passado e o futuro e, com isso, a construir o seu projeto de vida.

Por transcender a situação concreta, o fluir contínuo da vida, o mundo criado pela linguagem se apresenta mais estável e sofre mudanças mais lentas do que o mundo natural. Pelas palavras, podemos transmitir o conhecimento acumulado por uma pessoa ou sociedade. Podemos passar adiante esta construção da razão que se chama cultura.

Com o passar do tempo, esse conjunto de gestos significantes dá lugar a formas mais elaboradas de linguagem, compondo um universo de discurso. Nesse estágio, o sentido já não é articulado apenas tendo por base a interiorização das expectativas de ação do outro. Há uma sofisticação da comunicação, que se torna possível pelo fato dos indivíduos adotarem o mesmo significado para o objeto dentro deste universo de discurso.

O universo de discurso é constituído por um grupo de indivíduos que conduz e participa de um processo social comum de experiência e comportamento, e no qual esses gestos ou símbolos significantes têm a mesma significação, ou uma significação comum para todos os membros do grupo... Um universo de discurso é simplesmente um sistema de significados comuns ou sociais.

Portanto, a forma como o indivíduo organiza sua experiência é determinada em grande parte pelo universo de discurso ao qual ele pertence e conforma seu imaginário

social e as formas de simbolização de sua experiência. Mas será que os limites da minha linguagem e da minha cultura são também os limites para pensar e significar a realidade?

Será que existem línguas mais apropriadas ao filosofar como o grego ou o alemão, por exemplo? Ou existiriam estruturas de pensamento universais independentes da cultura e da linguagem?

A filosofia da linguagem foi considerada importante por vários filósofos modernos, incluindo John Austin, Ferdinand de Saussure, Umberto Eco, Hegel, André Jacob, Herder, Wilhelm von Humboldt, Kant Leibniz, Locke, Nietzsche, Charles Sanders Peirce, John Searle, Vico e Wittgenstein.

Embora os filósofos sempre tenham discutido a linguagem, ela começou a desempenhar um papel central na filosofia no final do século XIX. No século XX a filosofia da linguagem tornou-se tão central que em alguns círculos de filosofia analítica que os problemas da filosofia em geral foram, tratados como problemas de filosofia da linguagem.

Filosofia da Linguagem é o ramo da filosofia que estuda a essência e natureza dos **fenômenos linguísticos**. Ela trata de um ponto de vista filosófico, da natureza do **significado linguístico, do uso da linguagem, da referência, do aprendizado da linguagem, da criatividade dos falantes, da compreensão da linguagem, da interpretação, da tradução, de aspectos linguísticos do, pensamento e da experiência**. Trata também do estudo da sintaxe, da semântica, da pragmática. As principais questões investigadas pela disciplina são:

Como as frases compõem um todo significativo? O que é o significado das "partes" (palavras) das frases? Qual a natureza do significado? O que é o significado? O que fazemos com a linguagem? Como a usamos socialmente? Qual sua finalidade? Como a linguagem se relaciona com a mente do falante e do intérprete? Como a linguagem se relaciona com o mundo?

Os filósofos da linguagem não se ocupam muito do que significam palavras ou frases individuais. Qualquer dicionário ou enciclopédia pode resolver o problema do significado das palavras. O mais interessante é o que **significa** para uma palavra ou frase **significar alguma coisa**. Por que as expressões têm os significados que têm? Como uma expressão pode ter o mesmo significado de outra? E, principalmente: qual o

significado de "significado"? A pergunta "qual o significado do 'significado'?" não tem uma resposta óbvia. A tradição empirista tratou o significado do "significado" como uma ideia provocada por um signo. Teorias da condição de verdade tratam os significados como condições sob as quais uma frase envolvendo uma expressão pode ser verdadeira ou falsa.

→ Teorias do significado como uso entendem o significado como algo relacionado a atos de fala e frases particulares.

→ Teorias pragmatistas tratam o significado como consequência.

→ Teorias referenciais do significado tratam o significado como algo equivalente às coisas no mundo conectadas às palavras que as designam.

Para Auston (1921 / 2009) a Filosofia da Linguagem está ainda menos bem definida e possui um princípio de unidade ainda menos claro do que a maioria dos outros ramos da Filosofia.

A filosofia da linguagem também investiga a relação entre o significado e a verdade. Frases sem significado podem ser verdadeiras ou falsas? E as frases sobre coisas que não existem. Quando dizemos que algo é verdade, o que é verdadeiro? A frase?

A questão do aprendizado da linguagem levanta questões interessantes. É possível haver pensamento sem linguagem? O quanto à linguagem influencia o conhecimento do mundo. É possível raciocinar sem linguagem.

Para Aranha (2009), toda linguagem é um sistema de signos. O signo, segundo definição de Charles Sanders Peirce, é uma coisa que está no lugar de outra sob algum aspecto. Por exemplo, o choro de uma criança pode estar no lugar do ávido do desconforto, de fome, de frio, de dor; pode estar no lugar simplesmente da frustração da criança que não conseguiu o que queria.

Segundo Cotrim (2010), se filosofar é conversar - esteja você pensando ou escrevendo, falando ou lendo -, podemos dizer que a **linguagem** é o principal meio ou instrumento da filosofia. E isso não ocorre apenas na atividade filosófica. Entende-se cada vez mais que, utilizando a linguagem, o discurso, a conversação, construímos boa parte do que somos e do mundo á nossa volta.

CAPÍTULO III

3. Ferdinand Saussure

Ferdinand de Saussure (Genebra, 26 de novembro de 1857 - Morges, 22 de fevereiro de 1913) foi um linguista suíço, cujas elaborações teóricas propiciaram o desenvolvimento da lingüística enquanto ciência e desencadearam o surgimento do estruturalismo. Além disso, o pensamento de Saussure estimulou muitos dos questionamentos que comparecem na lingüística do século XX. Filho de um eminente naturalista foi logo introduzido aos estudos lingüísticos por um filólogo e amigo da família, Adolphe Pictet. Saussure estudou Física e Química, mas continuou fazendo cursos de gramática grega e latina. Por fim, convenceu-se que sua carreira estava nos estudos da linguagem e ingressou na Sociedade Lingüística de Paris. Estudou línguas europeias em Leipzig e aos vinte e um anos publicou uma dissertação sobre o primitivo sistema das vogais nas línguas indo-europeias, a qual foi muito bem aceita. Defendeu sua tese sobre o uso do caso genitivo em sânscrito, em Berlim, e depois retornou à Paris, onde passou a ensinar Sânscrito, Gótico e Alto Alemão e depois Filologia Indo-Europeia. Retornou a Genebra, onde lecionou sânscrito e lingüística histórica em geral.

Em 1906 foi encarregado de ensinar Lingüística Geral, e com isso realizou conferências que apresentaram conceitos que mudaram completamente o modo de encarar a lingüística.

Saussure entendia a Lingüística como um ramo da ciência mais geral dos signos, que ele propôs fosse chamada de Semiologia. Graças aos seus estudos e ao trabalho de Leonard Bloomfield, a Lingüística adquire autonomia e seu objeto e métodos próprios passam a ser delineados. Seus conceitos serviram de base para o desenvolvimento do estruturalismo no século XX.

Paralelamente ao trabalho teórico, mais tarde reunido nessa obra, Saussure realizou, entre 1906 e 1909, outro estudo que é comumente chamado de “Os anagramas de Saussure”. Nesse trabalho paralelo, o mestre genebrino perscrutou um corpus (amostra) de poemas clássicos para tentar provar a existência de um mecanismo de composição poética baseado na análise fônica das palavras; mecanismo este formado pelo anagrama e pelo hipograma. O hipograma (palavra-tema) é o nome de um deus ou de um herói diluído foneticamente no poema. O anagrama, por sua vez, é o processo que propicia a diluição do hipograma nos versos.

Saussure morreu prematuramente em 1913. Após sua morte, seus alunos buscaram o arquivo de notas do mestre no intuito de publicar um livro que apresentasse a doutrina exposta em seus cursos e que abria novos horizontes para a linguística. Contudo, as buscas foram frustradas e nenhuma nota foi encontrada. Assim, liderados por Charles Bally e Albert Sechehaye, resolveram compilar e comparar as notas dos alunos feitas durante as aulas. Esse trabalho culminou na obra *Curso de Linguística Geral (Cours de Linguistique Générale)*, publicada em 1915 e objeto deste trabalho, ainda hoje leitura obrigatória para todos os estudantes e pesquisadores de linguística.

3.1. O que é Linguística?

Falantes de qualquer língua fazem reflexões sobre o uso e a forma da linguagem que utilizam. São capazes de fazer observações quanto ao “sotaque” e às “palavras diferentes” utilizadas por um ou outro falante.

Fiorin (2007) discute sobre o poder mágico de criar, sobre o fascínio que a linguagem sempre exerceu sobre o homem e é desse fascínio que surge o poder e permite ao homem não só nomear / criar / transformar o universo real, como também possibilita trocas de experiências. Sendo a linguagem verbal enquanto matéria do pensamento o veículo mais importante da comunicação social.

Quem não se lembra de ter um dia discutido o “jeito diferente de falar” de uma pessoa que seja de outra região geográfica. Pode-se também determinar se o falante é estrangeiro e muitas vezes até identificar o seu país de origem. Qualquer indivíduo pode “falar sobre” a linguagem e discutir aspectos relacionados às propriedades das línguas que conhece. Isto faz parte do “conhecimento comum” das pessoas. Contudo, há um ramo da ciência cujo objeto de estudo é a linguagem. Esta ciência é a Linguística.

A linguística é a ciência que investiga os fenômenos relacionados à linguagem humana e que busca determinar os princípios e as características que regulam as estruturas das línguas, estuda a principal modalidade dos sistemas de signos, as línguas naturais, que são a forma de comunicação mais altamente desenvolvida e de maior uso. A palavra linguística começou a ser usada em meados do século XIX para enfatizar a diferença entre uma abordagem mais inovadora do estudo da língua, que estava se desenvolvendo na época, e abordagem mais tradicional da filologia. Hoje em dia, é comum fazer uma distinção clara entre a linguística como ciência autônoma, dotada de princípios teóricos e metodologias investigativas consistentes, e a Gramática Tradicional, expressão que engloba um espectro de atitudes e métodos encontrados no período do estudo gramatical anterior ao advento da ciência linguística.

A especulação e investigação linguísticas, tal como as conhecemos até hoje, foram levadas a cabo somente num pequeno número de sociedades. Embora as culturas mesopotâmica, chinesa e árabe tenham se preocupado com a gramática, suas análises estiveram tão entranhadas nas particularidades de seus próprios idiomas, e se mantiveram tão desconhecidas do mundo europeu até pouco tempo atrás, que na prática não tiveram impacto algum sobre a tradição linguística ocidental. A tradição linguística e filológica dos chineses remontam a mais de 2.000 anos, mas o interesse daqueles eruditos se concentrava amplamente na fonética, na ortografia e na lexicografia; sua consideração dos problemas gramaticais estava estreitamente vinculada ao estudo da lógica.

3.2. Contexto Histórico

A história registrada da linguística ocidental começa em Atenas: Platão foi o primeiro pensador europeu a refletir sobre os problemas fundamentais da linguagem. Em geral concorda-se que a mais extraordinária façanha dos estudos linguísticos do séc. XIX foi o desenvolvimento do método comparativo, que resultou num conjunto de princípios pelos quais as línguas puderam ser sistematicamente comparadas no tocante a seus sistemas fonéticos, estrutura gramatical e vocabulário, de modo a demonstrar que eram “genealógicamente” aparentadas.

O ímpeto principal para o desenvolvimento da filologia comparativa chegou ao final do séc. XVIII, quando se descobriu que o sânscrito – a antiga língua dos livros sagrados da cultura indiana, já não mais falada e preservada apenas na escrita – tinha algumas semelhanças espantosas com o grego e o latim.

Um dos linguistas mais originais, senão o de influência mais marcante, em todo o séc. XIX foi o erudito e diplomata alemão Wilhelm Von Humboldt (1769 - 1859). Seus interesses, diferentemente dos da maioria de seus contemporâneos, não eram exclusivamente históricos. Sua ideia mais original foi a teoria sobre a forma “interna” (o padrão, a estrutura) e “externa” (matéria, os sons) da língua. Outra ideia de Humboldt era a de que a língua é algo dinâmico, e não estático, sendo em si mesma uma atividade e não um mero produto de uma atividade.

A Linguística só foi adquirir status de ciência a partir do séc. XIX. Até então o que havia era o estudo assistemático e irregular dos fatos da linguagem, de caráter puramente normativo e prescritivo. Até chegar a delimitar-se e definir-se a si própria, a Linguística passou por três fases sucessivas:

• **1ª fase: Filológica** - Os gregos foram os precursores com suas profundas reflexões em torno da origem da linguagem. Seus estudos, calcados na Filologia, abrangeram a Etimologia, a Semântica, a Retórica, a Morfologia, a Fonologia, Filologia e a Sintaxe. Esses estudos, de início, tinham finalidades eminentemente práticas; a gramática voltada para a práxis, para a ação, o fazer.

• **2ª fase: Filológica** – Definindo-se historicamente como o estudo da elucidação de textos, a Filologia dos alexandrinos, de preocupação marcadamente gramatical, dedicou-se à Morfologia, à Sintaxe e à Fonética. Além de interpretar e comentar os textos, a Filologia procura também estudar os costumes, as instituições e a história literária de um povo. Entretanto seu ponto de vista se torna limitado, pelo fato dela ater-se demasiadamente à língua escrita, deixando de lado a língua falada.

• **3ª fase: Histórico-comparatista** - Começa com a descoberta do sânscrito entre 1786 e 1816, mostrando as relações de parentesco genérico do latim, do grego, das línguas germânicas, eslavas e célticas com aquela antiga língua da Índia. A preocupação diacrônica em saber como as línguas evoluem, e não como funcionam, é que vai marcar toda essa fase.

3.2.1. O Estruturalismo

A linguística estrutural na Europa - começa em 1916, com a publicação póstuma do Curso de Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure. Estruturalismo no sentido europeu, então, é um termo que se refere à visão de que existe uma estrutura relacional abstrata que é subjacente e deve ser distinguida dos enunciados reais - um sistema que subjaz ao comportamento real – e de que ela é o objeto primordial de estudo do linguista.

Entre as mais importantes das diversas escolas de linguística estrutural surgida na Europa na primeira metade do séc. XX se destacam a Escola de Praga (Trubetzkoy (1890 – 1938) – Jakobson (1896 – 1982) e a Escola de Copenhague (Louis Hjelmslev (1899 - 1965).

A linguística estrutural nos Estados Unidos - o estruturalismo americano e o europeu compartilharam um bom número de características.

Ao insistir na necessidade de tratar cada língua como um sistema mais ou menos coerente e integrado, os linguistas europeus e americanos daquele período tenderam a enfatizar, senão a exagerar, a incomparabilidade estrutural das línguas individuais.

Depois de Boas (1858 – 1942), os dois linguistas americanos mais influentes foram Sapir (1884 – 1939) e Bloomfield (1887 – 1947). Boas e Sapir eram muito atraídos pela visão humboldtiana (1769 – 1859) da relação entre linguagem e pensamento, mas coube a um dos discípulos de Sapir, Whorf (1897 – 1941), apresentar esta relação numa forma suficientemente desafiadora para atrair a atenção geral do mundo intelectual: a tese de que a linguagem determina a percepção e o pensamento tem sido conhecida como a “hipótese de Sapir (1884 – 1939) –Whorf (1897 – 1941)”.

O trabalho de Sapir sempre exerceu atração sobre os linguistas americanos com maior inclinação antropológica. Bloomfield (1887 – 1949) adotou explicitamente uma abordagem behaviorista do estudo da língua, eliminando, em nome da objetividade científica, toda referência a categorias mentais e conceituais. Teve amplas consequências sua adoção da teoria behaviorista da semântica, segundo a qual o significado é simplesmente a relação entre um estímulo e uma reação verbal. Um dos aspectos mais característicos do estruturalismo americano pós-bloomfieldiano foi seu completo desprezo pela semântica.

3.2.2. O Funcionalismo

O aspecto mais característico da Escola de Praga é sua combinação de estruturalismo com funcionalismo. O termo funcionalismo deve ser entendido como implicando uma apreciação da diversidade de funções desempenhadas pela língua e um reconhecimento teórico de que a estrutura das línguas é, em grande parte, determinadas por suas funções características.

Na linguística, o funcionalismo é mais certamente visto como um momento particular dentro do estruturalismo. Caracteriza-se pela crença de que a estrutura fonológica, gramatical e semântica das línguas é determinada pelas funções que têm que exercer nas sociedades em que operam.

A Escola de Praga é mais conhecida por seu trabalho na fonologia. Trubetzkoy (1890 – 1938) e seus colaboradores não consideram o fonema como a unidade mínima de análise. Em vez disso, definem os fonemas como feixe de traços distintivos. O trabalho dos funcionalistas atuais leva adiante as propostas fundamentais da Escola de Praga.

Não apenas os linguistas da Escola de Praga, mas também outros que se consideraram funcionalistas, tenderam a enfatizar a multifuncionalidade da linguagem, e a importância das suas funções expressiva, social e conotativa, em contraste com sua função descritiva.

Um dos interesses duradouros da Escola de Praga, no que diz respeito à estrutura gramatical das línguas, foi a perspectiva funcional da sentença.

Em geral, podemos dizer que o funcionalismo em linguística tendeu a enfatizar o caráter instrumental da linguagem.

A própria noção de função foi entendida de várias maneiras pelos estruturalistas. Além do que já foi exposto, há também as funções que são caracterizadas segundo o papel de cada um dos elementos do esquema da comunicação, são as Funções Constitutivas da Natureza da:

- **Função Expressiva** – centrada no emissor: quando uma pessoa diz: “ai!”, a função dominante é expressar o sentimento de quem fala.

- **Função Conativa** – centrada no receptor: se alguém diz: “João, você viu o filme do Odeon?”, ao dizer “João!” está centrando a função de sua fala no destinatário, com quem está falando.

- **Função Referencial** – centrada no objeto da comunicação: quando alguém diz “São duas horas”, está centrando sua comunicação num estado de coisas do mundo (referente).

- **Função Fática** – centrada no canal, no contato que liga o emissor e receptor: toda vez que se cumprimenta alguém – “Oi!” – se está privilegiando na comunicação, o próprio contato estabelecido com outra pessoa.

- **Função Poética** – centrada na mensagem: em geral, essa função aparece na literatura, mas ela se dá toda vez que se privilegia a própria mensagem, na comunicação. Por exemplo, quando, em vez de dizer “garota”, eu digo “gata”.

- **Função metalinguística** – centrada no código: quando, por exemplo, eu dou um sinônimo, ou explico o sentido de uma palavra, ou digo que a palavra “casa” é um substantivo, etc.

Em todos esses casos, estou usando a linguagem para falar da própria linguagem.

Quando falamos, colocamos em funcionamento todas essas funções, sendo que algumas podem estar mais salientes que outras, dependendo do contexto.

Essa espécie de funcionalismo foi muito rica em consequências para a compreensão de aspectos fundamentais da linguagem com respeito a seus usos nos diferentes processos de comunicação. Vale a pena mencionar ainda outra forma de funcionalismo: a que procura descrever a língua estudando, sobretudo, os “desvios”: erros, inovações, usos populares, gírias, etc. Esta corrente considera que estes desvios são funcionais, ou seja, eles mostram o que o sujeito falante espera da língua e não encontra. Revelam assim as necessidades (funções) que comandam o exercício da língua: a brevidade, a assimilação, a diferenciação, a invariabilidade e a expressividade.

Essa forma de funcionalismo trouxe para os linguistas uma valiosa contribuição, na medida em que colocou que as “falhas” na linguagem devem ser consideradas de forma produtiva e não apenas como “erros” que seriam descartados da reflexão sobre a linguagem. Os desvios são partes constitutivas da linguagem e estão inscritos no próprio funcionamento dela.

3.2.3 O Gerativismo

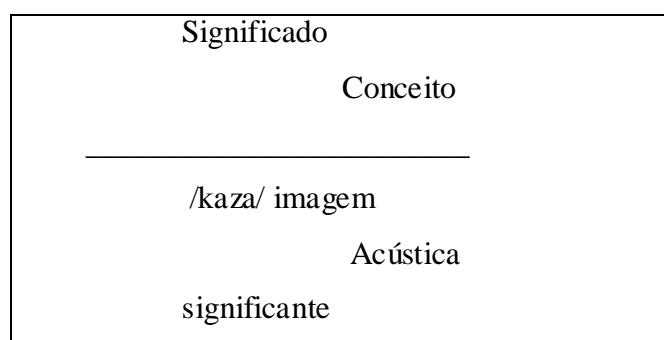
Em 1957, Chomsky publicou o livro *Syntactic Structures*, que veio a se tornar um divisor de águas na linguística do séc. XX. Chomsky desenvolveu o conceito de uma gramática gerativa, que se distanciava radicalmente do estruturalismo e do behaviorismo das décadas anteriores. Um dos objetivos principais da gramática gerativa era oferecer um meio de análise dos enunciados que levasse em conta o nível subjacente da estrutura. Para alcançar esse objetivo, Chomsky traçou uma distinção fundamentalmente o conhecimento que uma pessoa tem das regras de uma língua (competência) e o uso efetivo desta língua em situações reais (desempenho). Chomsky empenhou-se em demonstrar a esterilidade da teoria behaviorista da linguagem. Ele afirmou que a linguagem é independente de estímulo. A criatividade, segundo ele, é uma qualidade peculiarmente humana que distingue os homens das máquinas e, até onde sabemos dos outros animais. No entanto trata-se de uma criatividade regida por regras.

Produtividade não pode ser identificada com criatividade: mas existe uma conexão intrínseca entre ambas. Nossa criatividade no uso da linguagem – nossa liberdade em relação ao controle de estímulo manifesta-se dentro dos limites estabelecidos pela produtividade do sistema linguístico.

3.3 Teoria do Signo Linguístico

Segundo Ferdinand Saussure ((1857 – 1913), as ideias motrizes de sua obra póstuma por oposição aos métodos histórico-comparatista dominante até então, vieram revolucionar completamente o pensamento linguístico ocidental.

Saussure considera a língua como um sistema de signos formados pela “união do sentido e da imagem acústica”. Para ele, sentido é a mesma coisa que conceito ou ideia, isto é, a representação mental de um objeto ou da realidade social em que nos situa



3.3.1. Princípios do signo:

- **arbitrariedade** – não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala, porque não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que ele seja estabelecido num grupo linguístico. A ideia de mar não tem nenhuma relação necessária e “interior” com a sequência de sons, ou imagem acústica ou significante /mar.

- **linearidade** – somente a parte material do signo – o significante – é linear e que o pensamento, em si mesmo, não tem partes, não é sucessivo, só sendo quando se concretiza através das formas fônicas lineares do significante. As unidades discretas têm de ser emitidas sucessivamente. Elas não são concomitantes, não são coexistentes, não são simultâneas. Ao contrário, são sucessivas e, por isso, só podemos emitir um fonema de cada vez, em linha, ou melhor, linearmente.

A doutrina de Saussure baseia-se ainda nos pares de distinções: língua / fala; sincronia / diacronia; relações sintagmáticas paradigmáticas.

3.4. O Campo da Linguística

O campo da linguística pode ser dividido por meio de três dicotomias: sincrônica x. diacrônica; teórica x. aplicada; microlinguística x. macrolinguística.

Uma descrição sincrônica de uma língua descreve esta tal como existe em dada época. Uma descrição diacrônica se preocupa com o desenvolvimento histórico da língua e com as mudanças estruturais que ocorram nela. Hoje em dia, no entanto, essas duas abordagens estão cada vez mais em convergência, e muitos estudiosos até consideram impossível separar o sincrônico do diacrônico.

O objetivo da linguística teórica é a construção de uma teoria geral de estrutura da língua ou de um arcabouço teórico geral para a descrição das línguas. O objetivo da linguística aplicada é, como diz o próprio nome, a aplicação das descobertas e técnicas do estudo científico da língua para fins práticos, especialmente a elaboração de métodos de aperfeiçoamento de ensino da língua.

Os termos microlinguística e macrolinguística ainda não se estabeleceram definitivamente, e de fato são usados aqui por pura conveniência. O primeiro se refere a uma visão mais restrita, e o segundo, a uma visão mais ampliada, do escopo da linguística. Pela visão da microlinguística, as línguas devem ser analisadas em si mesmas e sem referência a sua função social, à maneira como são adquiridas pelas crianças, aos mecanismos psicológicos que subjazem à produção e recepção da fala, à função literária ou estética ou comunicativa da língua, e assim por diante. Em contraste, a macrolinguística abrange todos esses aspectos da linguagem. Dentro da microlinguística, então, poderíamos incluir os estudos que se preocupam com a “língua em si”:

- **Fonética** – estuda os sons da fala independentemente da função que eles possam desempenhar numa língua determinada. O meio fônico pode ser estudado sob, pelo menos, três aspectos: o articulatório (investiga e classifica os sons da fala em termos da maneira como são produzidos pelos órgãos da fala), o acústico (estuda as propriedades físicas das ondas sonoras criadas pela atividade do aparelho fonador e que se transferem no ar de falante para ouvinte) e o auditivo (estuda como os sons da fala são percebidos e identificados pelo ouvido e cérebro do ouvinte). A fonética é basicamente descritiva, a análise fonética se baseia na produção, percepção e transmissão dos sons da fala.

- **Fonologia** – estuda os fonemas como unidades discretas, distintivas e funcionais da língua. A fonologia estuda as diferenças fônicas correlacionadas com as diferenças de

significado (ex. [p] ato / [m] ato), ou seja, estuda os fones segundo a função que eles cumprem numa língua específica, os fones relacionados às diferenças de significado e sua inter-relação significativa para formar sílabas, morfemas e palavras. Um dos objetivos da fonologia está no desenvolvimento de ortografias, ou seja, o emprego de um alfabeto pra representar a escrita de uma língua.

- **Sintaxe** – é a parte dedicada à descrição do modo como as palavras são combinadas para compor sentenças, sendo essa descrição organizada sob forma de regras. A sintaxe se distingue claramente tanto da fonologia quanto da morfologia pela unidade linguística que constitui o seu foco de análise – a sentença. O estudo da sintaxe está sob duas perspectivas: a visão formalista – Chomsky (1928) - (corrente do pensamento linguístico que se dedica a questões relacionadas à estrutura linguística, sem se voltar especialmente para as relações entre a língua e o contexto em que se insere) e a visão funcionalista (esta vê a linguagem como um sistema não-autônomo, que nasce da necessidade de comunicação entre os membros de uma comunidade, que está sujeito às limitações impostas pela capacidade humana de adquirir e processar o conhecimento e que está continuamente se modificando para cumprir novas necessidades comunicativas). Pensar a sintaxe segundo uma perspectiva funcionalista implica, então, alargar a análise para além dos limites da sentença.

- **Morfologia** – trata da estrutura interna das palavras. As unidades mínimas da morfologia são os morfemas (elementos que carregam significados dentro de uma palavra). A morfologia é de crucial importância para o estruturalismo, nesta perspectiva, uma parte central do estudo envolve identificar morfemas de línguas não previamente descritas. Na abordagem gerativa, a morfologia e a descrição morfológica de línguas não previamente analisadas, perdem espaço para os universais da linguagem.

- **Lexicologia** – estudo científico dos vocábulos, tanto em sua flexão, quanto nos processos para sua derivação e composição.

- **Semântica** – Busca descrever o “significado” das palavras e das sentenças. Dada a dificuldade de se definir/descrever o significado, há várias semânticas, cada uma elege a sua noção de significado: a semântica formal (descreve o problema do significado a partir do postulado de que as sentenças se estruturam logicamente), a semântica da enunciação (a referência é uma ilusão criada pela linguagem. Estamos sempre inseridos

na linguagem) e a semântica cognitiva (parte da hipótese de que o significado é que é central na investigação sobre a linguagem. O significado se baseia na referência e na verdade, que entende a verdade como correspondência com o mundo). Diversas áreas dentro da macrolinguística têm recebido reconhecimento sob forma de nomes próprios:

- **Sociolinguística** – o objeto da sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada no seu contexto social, isto é, em situações reais de uso.

Para a sociolinguística, língua e variação são inseparáveis, ela encara a diversidade linguística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico.

- **Pragmática** – a pragmática analisa, de um lado, o uso concreto da linguagem, com vistas em seus usuários na prática linguística; e, de outro lado, estuda as condições que governam essa prática. Pode ser apontada como a ciência do uso linguístico. Como a pragmática é uma área genericamente definida por pesquisar sobre o uso da língua, os temas para análise são amplos e variados: estudo sobre a relação entre signos e falantes; levantamento de aspectos de diálogos entre falantes de uma mesma comunidade ou comunidades diferentes; funcionamentos e efeitos de atos de fala.

- **Psicolinguística** – no campo de estudo da psicolinguística podem ser levantadas as seguintes questões: a questão entre linguagem e cérebro, incluindo os fundamentos biológicos da linguagem, sua neurofisiologia e os prejuízos do processamento causados por lesão cerebral; as relações entre linguagem e pensamento, como um produto do sistema cerebral; os sistemas de processamento mental da linguagem, incluindo os subsistemas linguísticos como a fonética, a sintaxe, a semântica, o léxico etc., e os subsistemas psíquicos como a percepção, a memória, o conhecimento do mundo etc.; o processamento de unidades amplas da linguagem, como o texto e o discurso; e a aprendizagem de outras atividades ou sistemas linguísticos como a leitura e a escrita.

- **Análise do Discurso** – os conceitos que embasam a Análise do Discurso se fundamentam sobre uma característica em comum, a construtividade: o discurso, o sentido, o sujeito, as condições de produção vão se construindo no próprio processo de enunciação.

- **Linguística Histórica** – estuda os processos de mudança das línguas no tempo. Toda língua falada no mundo está em constante processo de mudança. (mudança de som, semântica, gramatical, analogia etc.)

- **Análise da Conversação** – os estudos mais recentes na área da interação verbal definem a linguagem como forma de ação conjunta, que emerge quando falantes/escritores e ouvintes/leitores realizam ações individuais, coordenadas entre si, fazendo com que tais ações se integrem, formem um conjunto.

- **Neurolinguística** – estuda as relações entre cérebro e linguagem, com enfoque no campo das patologias cerebrais, cuja investigação relaciona determinadas estruturas do cérebro com distúrbios ou aspectos específicos da linguagem (Caplan). Para Menn e Opler, a Neurolinguística tem por objetivo teorizar sobre o “como” a linguagem é processada no cérebro.

- **Linguística do Texto** – faz parte de um amplo esforço teórico, com perspectiva e métodos diferenciados, de constituição de um outro campo que procura ir além dos limites da frase, que procura reintroduzir, em seu escopo teórico, o sujeito e a situação de comunicação.

3.5. O que é Estilística?

Segundo Guiraud (1970), estilística é a disciplina que estuda a expressividade de uma língua e sua capacidade de emocionar mediante o estilo. Esse estilo, por sua vez, é o objeto de estudo da retórica antiga. Ele define-se não somente como uma maneira de escrever, mas também, como a maneira de escrever própria de um escritor, de uma escola artística, de um gênero, de uma época, de uma cultura. Tem-se então que: “A estilística [...] não é mais que o estudo da expressão linguística; e a palavra estilo, reduzida a sua definição básica, nada mais é que uma maneira de exprimir o pensamento por intermédio da linguagem”. (GUIRAUD, 1970, p.11).

A retórica dos séculos clássicos é, ao mesmo tempo, uma arte da expressão literária e uma norma; instrumento crítico para a apreciação de estilos individuais e da arte de escritores renomados. Todavia, a partir do século XVIII, sua concepção tornou-se obsoleta, devido à chegada de novas tendências da arte e da linguagem. Por razão de sua incapacidade de reciclagem, surge a “Estilística” em sua dupla forma e torna-se uma

retórica moderna, atualizando-se em uma ciência da expressão e também uma crítica dos estilos individuais.

Para Guiraud (1970, p.18) o conjunto dos processos do estilo constituía; entre os antigos, objeto de um estudo especial, a retórica, arte da linguagem, técnica da linguagem considerada como arte e simultaneamente, gramática da expressão literária e instrumento crítico para a apreciação das obras. Transmitida da Antiguidade à Idade Média, renovada na época clássica, constitui uma estilística que é ao mesmo tempo ciência da expressão e ciência da literatura, tal como podia ser entendida na época.

Segundo Mattoso (1997, p.110) Considerando que a gramática das línguas naturais se abre em quatro grandes módulos (fonética/fonologia, morfologia, sintaxe e semântica) e que as fronteiras entre os mesmos não são absolutas, mas graduais (tanto que é possível falar em morfologia ou morfossintaxe), é possível vislumbrar pelo menos três grandes dimensões da Estilística, a saber:

- **Estilística fônica ou fono-estilística**: que ressalta a expressividade do material fônico dos vocábulos tanto isolados quanto agrupados em frase. Nesse caso, estudam-se, sobretudo as assonâncias vocálicas, como no verso “E as cantilenas de serenos sons amenos”, de Eugênio de Castro; as aliterações, como nos seguintes versos de Fernando Pessoa: “Em horas, ainda louras. Lindas / Clorindas e Belindas, brandas / Brincam nos tempos das Berlindas / As vindas vendo das varandas”; e as onomatopeias, como em “Café com pão; Café com pão / Café com pão / Café com pão”, de Manuel Bandeira, onde a repetição do sintagma “café com pão” sugere o ruído de uma locomotiva em movimento. Para tanto, o objeto de análise é o material fonético da língua, sobretudo os jogos entre sons oclusivos versus fricativos, surdos versus sonoros, entre outras oposições possíveis. Além disso, considerando a representação escrita, à estilística fônica interessam também os fenômenos da parônima, homofonia e homografia, a entoação frasal, o ritmo do verso ou da frase e a musicalidade inerente à palavra.

- **Estilística léxico-semântica ou léxico-estilística**: que estuda a seleção vocabular e os fenômenos de conotação e polissemia, referentes aos valores afetivos, emotivos, ou socialmente convencionais que se aderem à significação das palavras. Assim, entram aí a exploração do vocabulário, o emprego de diminutivos e aumentativos afetivos, o emprego de diminutivos pejorativos ou maliciosos, a exploração da polissemia, da sinonímia e da parônima, mais a exploração do antagonismo entre determinados campos semânticos. Somem-se ainda a coesão semântica obtida a partir da seleção vocabular, os

fenômenos de denotação e conotação, a monosemia ou monossignificação versus a polissemia ou plurissignificação, as figuras de linguagem tais como as comparações, as metáforas e metonímias, as hipérboles e as sinestesias, os neologismos (criação estilística de novas palavras) e a adequação vocabular.

- **Estilística sintática:** cujo objetivo de análise é a ordem sintática e os fenômenos a ela inerentes, tais como ruptura da ordem sintática preferencial dentro de um verso ou de uma frase. Nesse caso, à estilística sintática interessam as variantes de colocação, suscetíveis de causar emoção ou sugerir o próximo.

3.5.1. Os Caminhos da Estilística

Ao longo do desenvolvimento dos estudos estilísticos, segundo este ou aquele ponto de vista, foram se delineando pelo menos nove grandes vertentes, conforme Monteiro (2005, p.15-41), a saber:

- a) estilística retórica;
- b) estilística descritiva;
- c) estilística idealista;
- d) estilística estrutural;
- e) estilística gerativa;
- f) estilística poética;
- g) estilística semiótica;
- h) estilística estatística;
- i) estilística discursiva.

Destas, conceituar-se-á as primeiras de forma breve apenas para que se tenha uma noção do que as diferenciam, pois não é objetivo do trabalho focar nas várias estilísticas, mas nas figuras.

- **Estilística retórica:** Resultante da retomada da retórica clássica, a Estilística Retórica concentra-se em dois grandes objetivos:

- 1) utilizar métodos linguísticos para a análise do texto literário;
- 2) transpor o conceito de função poética da linguagem para o de função retórica.

- **Estilística descritiva:** Conforme Monteiro (2005), os objetivos dessa vertente dos estudos de estilística são: analisar a expressão dos fatos de sensibilidade sobre a

linguagem; analisar a ação dos fatos de linguagem sobre a sensibilidade. Esses objetivos seriam aplicáveis a alguns domínios, a saber:

- a) à linguagem em sua totalidade, procurando determinar os chamados “universais estilísticos”; à uma determinada língua, delimitando a “estilística langue”.

- **Estilística idealista:** Segundo Monteiro (2005), a estilística idealista é resultado das idéias esteticistas de Benedetto Croce (1866-1952). Seu principal postulado é a unidade do espírito humano, que seria a fonte de todo o conhecimento. Assim, a partir da premissa de que os traços fundamentais da expressão poética são a totalidade e a universalidade, Croce procurou submeter o conceito de poesia a uma investigação sistemática.

- **Estilística estrutural:** Consoante Monteiro (2005), a Estilística Estrutural deve estar baseada em critérios objetivos, suficientes para controlar as possíveis inferências do leitor. Assim, a metodologia de análise estilística deve centrar-se nos fatos “estilisticamente marcados” em oposição a outros fenômenos linguísticos “não-marcados” em termos de estilo. Isso significa que é importante ressaltar a percepção do leitor, posto que sejam exatamente os fatos “marcados” os que surpreendem o leitor, uma vez que são imprevisíveis. Logo, aí, são fundamentais as noções de “norma” e “desvio” e a de “campos estilísticos”, proposta por Pierre Guiraud (1954a, b).

- **Estilística gerativa:** De acordo com Monteiro (2005), o estilo é resultado de transformações de estruturas profundas em estruturas de superfície, que variam segundo as regras transformacionais em operação. Logo, o “efeito estilístico” resulta de uma forma particular de utilização do mecanismo transformacional inerente à língua em nível de realização superficial. Assim sendo, poderia ser possível uma descrição do estilo a partir de um conjunto finito de regras gerativas de “estruturas profundas” que, submetidas a transformações morfossintáticas e posteriormente submetidas a “filtros semânticos”, dariam origem a “estruturas de superfície”, que, por sua vez, estariam sujeitas à estilização. Consequentemente, são fundamentais os conceitos de gramaticalidade e agramaticalidade, aceitabilidade e inaceitabilidade, mesmo porque, no domínio da linguagem poética, ocorrem muitas frases (versos) agramaticais ou inaceitáveis nas situações comunicativas cotidianas, mas perfeitamente aceitáveis num determinado contexto literário, como é o caso dos versos iniciais do Hino Nacional

Brasileiro: “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas de um povo heróico e brado retumbante”, que, a rigor, é agramatical e inaceitável, tomando-se como parâmetro os padrões gramaticais lógicos da língua.

- **Estilística poética:** Monteiro (2005) entende a Estilística poética com base em metodologia de análise linguística, procura descrever os níveis estruturais da linguagem poética, que seriam a fonte da “literariedade” ou “expressividade literária”. Desse modo, a linguagem poética difere da língua prosaica pelo caráter perceptível de sua construção. Pode-se perceber seja pelo aspecto acústico, seja pelo aspecto articulatório, seja pelo aspecto semântico, às vezes, não é a construção, mas a combinação de palavras, a sua disposição que é perceptível.

- **Estilística semiótica:** A Estilística semiótica procurou transcender os limites da frase ou verso, do texto literário, para buscar uma análise da expressividade nos mais variados tipos de mensagens oriundas de quaisquer outros sistemas semióticos (sistemas de signos). Nessa linha de análise, a Estilística se aplicaria a quaisquer linguagens, sobretudo às artísticas, enquanto sistemas de signos, tendo em vista dois grandes objetivos: a) a análise da organização da obra de arte; b) a análise da tipologia do discurso literário.

3.6. Figuras de Linguagem (Retórica)

A **Retórica** é uma modalidade que surgiu na Grécia Antiga, cujo objetivo da civilização Antiga era dominar a palavra, a eloquência, a Gramática e a Retórica (elaboração de discursos belos, convincentes, elegantes e perfeitos, no intuito de persuadir o ouvinte), ou seja, cabe à Retórica mostrar o modo de constituir as palavras visando convencer o receptor sobre determinada verdade.

A **Retórica** é a técnica (ou a arte, como preferem alguns) de convencer o interlocutor através da oratória, ou outros meios de comunicação. Classicamente, o discurso no qual se aplica a retórica é verbal, mas há também — e com muita relevância — o discurso escrito e o discurso visual.

Em verdade, a oratória é um dos meios pelos quais se manifesta à retórica, mas não o único. Pois, certamente, pode-se afirmar que há retórica na música (“Para não dizer que não falei das Flores”, de Geraldo Vandré: retórica musical contra a ditadura), na pintura (O quadro “Guernica”, de Picasso: retórica contra o fascismo e a guerra) e, obviamente, na publicidade. Logo, a retórica, enquanto método de persuasão, pode se

manifestar por todo e qualquer meio de comunicação. A retórica é estudada por muitos com a finalidade de resposta, como muitos políticos e escritores, logo a retórica está claramente ligada à resposta.

A retórica aristotélica, de certa forma herdeira daquela de Sócrates, procura fazer o interlocutor convencer-se de que o emissor está correto, através de seu próprio raciocínio. Retórica não visa distinguir o que é verdadeiro ou certo, mas sim fazer com que o próprio receptor da mensagem chegue sozinho à conclusão de que a idéia implícita no discurso representa o verdadeiro ou o certo.

A retórica era parte de uma das "três artes liberais" ou "trivium" na cultura grega

Quem de seja ter razão de certo a terá com o mero fato de possuir língua

Goethe

da época (as outras duas corresponderiam à dialética e gramática).

Após a ascensão romana, a oratória tornou-se a tradução latina de retórica, enquanto técnica de comunicação. Com uma distinção todavia: enquanto o núcleo da retórica compunha-se de técnicas de contestação (persuasão), a oratória visava a eloqüência.

A mudança de rumos se deve exatamente ao ambiente em que as duas técnicas se encontraram. Enquanto a retórica grega existiu em ambiente democrático, a oratória (que originou-se da retórica) desenvolveu-se em ambientes totalitários.

Atualmente, em que pese existir uma tendência mundial de retorno da oratória para o sentido original do termo (comunicação persuasiva), antes da ascensão latina, grande parte dos cursos de oratória no Brasil são de tradição latinista.

Logo, no Brasil (bem como em grande parte do mundo latino), Oratória ainda se refere a busca da beleza na fala (estilo), enquanto retórica é definida como a "arte da persuasão".

Entre as figuras mais usadas estão a metáfora e a metonímia, consideradas pelo lingüista Jakobson como espécie de matrizes presentes, ora com dominância de uma, ora com a da outra na imensa maioria do texto.

Metáfora:

Segundo Citelli (2004, p. 27), figura de transferência, *traslatio* no latim. Há metáfora quando a significação imediata de um termo é substituída por outro com o qual mantém relações de semelhanças ou subentendidos. Pela metáfora cria-se mecanismo de representação dos significados de um termo em um outro termo.

Processos

1. transferência ou transposição: É uma operação de passagem do plano de base (a significação própria da palavra, ou expressão) para o plano simbólico (representativo, figurativo).

Ex: Rosa de Hiroxima. (Vinícius de Moraes).

↳ sentido de bomba = figura.

2. Associação: Na transposição ocorre um processo de associação subjetiva entre a significação própria e o efeito figurativo.

Ex: Aquele apartamento é um ovo.

Aquele apartamento é como um ovo.

↳ pequeno.

Metonímia

Do grego *meta onoma* (troca de nome; no latim *denominatio* _ nomear, dar nome). Indica a utilização de um termo em lugar de outro, desde que entre eles haja uma relação de continuidade. A metonímia nasce, ao contrário da metáfora, de uma relação objetiva entre o plano de base e o plano simbólico do termo.

Ex: Tenho um Picasso em minha sala.

Tenho um quadro de Picasso.

↳ o autor no lugar da obra.

3.6.1. Mimese e Inverossimilhança

Proença Filho (2005, p.76), diz que *Mimese*: é um termo que pode ser decodificado, à luz de Aristóteles, como imitação. Imitar, no caso, significa muito mais do que a simples reprodução ou “fotografia” do real, embora com essa acepção a palavra tenha atravessado os séculos e dominado, não sem alguma controvérsia, a literatura ocidental. A partir dos fins do século passado, após um novo entendimento da teoria aristotélica, passou a ser compreendido como revelação da essência do real ou uma forma de representação da realidade, um signo lingüístico, ou não, é uma representação ou imitação de algo. A imagem sensorial de algo representa e (vale) na nossa mensúria esse algo, uma escultura de José Bonifácio na praça Patriarca não é José Bonifácio, mas é uma imitação dele, vale por ele, representa-o, o significa. A palavra rosa, num texto, não é a rosa real, mas a representa, a significa neste texto. . Ao lado dessa tradição como imitação das essências, envolve ainda, na estética do Ocidente, conforme assinala Stefan Morawshi, uma tradição platônica (imitação das aparências) e uma tradição democrítica (imitação das ações da natureza). Admite também a pronúncia como paroxítono, embora alguns estudiosos prefiram reservar esta forma para a figura de retórica homônima e usar a forma proparoxítona (mimese) para marcá-la enquanto conceito de poética e de estética, como propõe José Guilherme Merquior.

Inverossimilhança significa mentira, ficção, fantasia. Toda obra literária contém elementos inverossímeis, pois é **ficção**. Ao contrário das obras científicas, jornalísticas, de história, que são sempre baseadas na realidade e na verdade: contém elementos verídicos, verossímeis.

3.7. A Persuasão no Discurso

Podemos partir do princípio de que a persuasão e o discurso são elementos que diferem apenas teoricamente, pois na prática funcionam como um todo indivisível. Para ilustrar esta proposição, podemos tomar emprestado o exemplo de Saussure, que Ullmann utiliza para defender a indivisibilidade do som e do sentido da palavra, e aplicá-lo ao contexto persuasivo do discurso, comparando-o com uma folha de papel, cujo um lado representaria o discurso e o outro a persuasão, impossibilitando o corte de apenas um dos lados sem a mutilação do outro.

A persuasão (per + suadere = aconselhar) possui raízes clássicas, o estudo e o aprimoramento do discurso têm origem na Grécia Antiga que cultiva a democracia.

As decisões não eram, portanto impostas, necessitando de convencer as pessoas da verdade utilizando-se dos discursos persuasivos, surgindo assim à retórica – "modo de constituir as palavras visando a convencer o receptor acerca de dada verdade". Na Arte Retórica, Aristóteles propõe algumas etapas básicas para a confecção dos discursos persuasivos, são elas: exórdio (introdução), narração (argumentação), provas (elementos em que baseia-se a argumentação), peroração (conclusão).

A retórica sofre um esvaziamento quando é utilizada apenas para efeito embelezador do discurso, como nos bailes de Quinze Anos e Bodas, esta corrente ganhou popularidade também com o Parnasianismo no século XIX. Já com a retórica moderna, o estudo das figuras de linguagem e das técnicas de argumentação são as características mais enfatizadas.

Investigando o mundo clássico, verifica-se a existência de raciocínios discursivos, como o raciocínio apodítico (verdade inquestionável), o raciocínio dialético (permite mais de uma conclusão proporcionando uma aparente abertura do discurso, sendo esta opção de escolha ilusória), o raciocínio retórico (difere do dialético somente porque, na escolha, apela para o lado emotivo, enquanto o outro apela para o lado racional). As figuras de retórica mais utilizadas são a metáfora, que abarca os processos de transferência ou transposição e associação, e a metonímia, que caracteriza-se por usar um termo em lugar de outro: o todo pela parte, o contingente pelo conteúdo, o autor pela obra.

O estudo do signo linguístico contribui para a análise do discurso persuasivo, verificando o seu desdobramento em significante e significado, deduz-se que o signo é arbitrário e simbólico. O estudo das ideologias converge com o estudo dos signos, já que o signo tem a capacidade de representar as ideias constituintes da ideologia. Como exemplo, temos a bandeira da antiga URSS, trazendo a foice e o martelo que revelam a união dos trabalhadores do campo e da cidade para construção de uma nação igualitária condizente com a ideologia socialista.

Encontramos o discurso persuasivo embutido de forma mascarada no discurso dominante e no discurso autorizado, que são proferidos pelas instituições como o judiciário, a igreja, a escola, as forças militares etc, revelando o mundo de forma maniqueísta, dividindo-o em bem e mal, certo e errado, verdade e mentira. Dessa forma são sufocados os questionamentos e a livre escolha, já que isto implicaria num posicionamento. Exemplo: o uso da maconha é proibido por lei e implica numa punição. Se o indivíduo faz uso da droga e a lei não toma conhecimento, ele não é punido pelo Estado, mas sofre uma exclusão social por parte das pessoas que convivem na mesma

sociedade e estão de acordo com a lei. Ou seja, a cultura que dita as verdades, aprisiona indivíduos através da persuasão e da ilusão da existência de uma verdade única. As instituições fazem uso do discurso para afirmar o poder.

O discurso pode ser seccionado em três modos organizacionais, sendo eles: **o discurso lúdico** (jogo), que contém uma persuasão moderada não utilizando a forma verbal imperativa e não propondo uma verdade única; **o discurso polêmico**, que produz uma atmosfera de instigação; **o discurso autoritário**, propriamente persuasivo enclausurando a verdade de um único ponto de vista não admitindo questionamentos. Para melhor entendimento do discurso persuasivo, propõe-se a análise de alguns elementos: distância, exclusividade do sujeito que fala; modalização, uso do imperativo e da paráfrase; tensão, o falante domina e não permite a abertura de questionamentos; transparência, clareza da mensagem veiculada.

A persuasão pode ser verificada em vários discursos como o publicitário, cuja as análises de propagandas nos permitem visualizar; o religioso, onde as orações e as passagens bíblicas nos são bem ilustrativas; o do livro didático, que traz o perfeito esquema da sociedade, como a família constituída por todos os seus membros que convivem harmoniosamente; na literatura, onde o narrador nos revela a sua visão do mundo e dos acontecimentos; o dos justiceiros, como os programas de Gil Gomes e os jornais como Notícias Populares, que trazem o inusitado da vida e por transgredirem fascinam boa parcela da população.

Ao final, verificamos a validade da leitura do texto não só como acréscimo nos nossos estudos semânticos, verificando as múltiplas facetas que adquire o vocábulo enquanto operário da empresa do discurso, mas também como um alerta de que a persuasão existe, de forma gritante nos outdoors espalhados pela cidade, nos já conhecidos e familiares discursos políticos que acentuam-se em véspera de eleição, mas principalmente nas entrelinhas onde, mascarada, exerce de forma perigosa o seu objetivo de convencer e corromper.

CAPÍTULO IV

4. A Pragmática Linguística

Podemos estudar a pragmática “Ontologicamente” em seu sentido “sincrônico” e “diacrônico”, pois ela tem uma forte relação entre os signos com seus intérpretes através da **semiose** (aquilo que o signo se refere).

Seguindo nossa metodologia de estudo, iniciaremos com uma definição de Pragmática.

O termo pragmática é derivado do grego *pragma*, significando coisa, objeto, principalmente no sentido de algo feito ou produzido, sendo que o verbo *pracein*, significa precisamente agir, fazer. Os romanos traduziram *pragma* pelo latim *res*, o termo genérico para coisa, perdendo talvez com isso a conotação do fazer ou agir presente no grego.

Enquanto corrente filosófica o pragmatismo originou-se no final do século XIX e desenvolveu-se, sobretudo, ao longo do século XX, principalmente nos Estados Unidos. Charles Sanders Peirce (1839-1914), Charles W. Morris (1976), William James (1842-1910) e posteriormente John Dewey (1859-1952), são os principais representantes desse pensamento em suas várias vertentes. Contemporaneamente Richard Rorty (1931-) se destaca como defendendo o que tem sido caracterizado como neopragmatismo. O filósofo de Harvard, Stanley Cavell (1926) também pode ser incluído dentre os representantes do pragmatismo contemporâneo.

Pragmática é o ramo da linguística que estuda a linguagem no contexto de seu uso na comunicação. As palavras, em sua significação comum, assumem muitas vezes outros significados distintos no uso da língua e, mais recentemente, o campo de estudo da *pragmática* passou a englobar o estudo da linguagem comum e o uso concreto da linguagem, enquanto a semântica e a sintaxe constituem a construção teórica.

A pragmática, portanto, estuda os significados linguísticos determinados não exclusivamente pela semântica proposicional ou frásica, mas aqueles que se deduzem a partir de um contexto extra-linguístico: discursivo, situacional, etc.

A capacidade de compreender a intenção do locutor é chamada de competência pragmática. A pragmática está além da construção da frase, estudado na sintaxe, ou do seu significado, estudado pela semântica. A pragmática estuda essencialmente os objetivos da comunicação. Como exemplo, suponha uma pessoa queira fazer uma

segunda pessoa não fumar numa sala. Pode simplesmente dizer, de uma forma muito direta: "*Pode deixar de fumar, por favor?*". Ou, em alternativa, pode dizer: "Huumm, esta sala precisa de um purificador de ar". *Repare que a palavra 'fumo' ou 'fumar' não é utilizada, mas indiretamente revela a intenção do locutor.*

4.1. A Dimensão Pragmática da Semiose

Segundo Morris (1976), o termo 'pragmática' foi obviamente cunhado em referência ao termo 'pragmatismo'. A perspectiva mais plausível da importância permanente de pragmatismo reside no fato de ter prestado mais atenção à relação entre os signos e os seus utilizadores, do que acontecia anteriormente, e de ter acentuado mais profundamente, do que anteriormente era feito, a importância desta relação para a compreensão das atividades intelectuais. O termo 'pragmática' ajuda-nos a assinalar o significado das descobertas de Peirce, James, Dewey e Mead no âmbito da semiótica. Ao mesmo tempo, 'pragmática' enquanto termo especificamente semiótico tem de receber a sua própria formulação. Por 'pragmática' designa-se a ciência da relação dos signos aos seus intérpretes. Deve-se distinguir 'pragmática' de 'pragmatismo', e 'pragmático' (pragmatical) e de 'pragmatista' (pragmatic)²¹ Visto que a maior parte dos signos, se não todos, têm como intérpretes organismos vivos, é uma caracterização suficientemente cuidadosa de pragmática dizer que ela trata os aspectos bióticos da semiose, isto é, todos os fenômenos psicológicos, biológicos e sociológicos que ocorrem no funcionamento dos signos. Também a pragmática tem os seus aspectos puros e descritivos; os primeiros surgem com a tentativa de desenvolver uma língua para falar acerca da dimensão pragmática da semiose; os últimos têm a ver com a aplicação desta linguagem a casos específicos. Historicamente, a retórica pode ser vista como uma forma primitiva e limitada de pragmática, e o aspecto pragmático da ciência tem sido um tema frequente entre divulgadores e intérpretes da ciência experimental.

A referência ao intérprete e à interpretação é comum na definição clássica de signos. Aristóteles, no "De Interpretatione", fala das palavras como signos convencionais dos pensamentos que todos os homens têm em comum. As suas palavras contêm a base da teoria que se tornou tradicional: o intérprete do signo é o intelecto; o interpretante é um pensamento ou conceito; estes pensamentos ou conceitos são comuns a todos os homens, tendo a sua origem na apreensão pelo intelecto dos objetos e suas propriedades; expressões verbais recebem do intelecto a função de representar

²¹ A distinção que Morris faz entre *pragmatical* e *pragmatic* é correlativa da distinção entre *pragmatics* enquanto âmbito da semiótica e *pragmatism*, corrente filosófica.

diretamente estes conceitos e indiretamente as coisas correspondentes; os sons escolhidos para esta finalidade são arbitrários e variam de grupo social para grupo social; as relações entre os sons não são arbitrárias mas correspondem às relações dos conceitos e, bem assim, das coisas. Deste modo, em grande parte da sua história, a teoria dos signos esteve ligada com uma teoria particular do pensamento e do intelecto, de tal modo que a lógica, que sempre foi influenciada pelas teorias em voga dos signos, foi muitas vezes concebidas como versando conceitos – perspectiva essa tornada precisa na doutrina escolástica dos termos lógicos enquanto termos de intenção segunda. Mesmo a insistência de Leibniz sobre o estudo empírico do veículo sígnico enquanto determinado pela regra, não significava o repúdio da tradição dominante, mas tão somente uma insistência de que desse modo se poderia obter uma nova e melhor técnica de analisar conceitos do que a tentativa de inspecionar diretamente o pensamento.

Com o decorrer do tempo, a maior parte dos princípios desta versão tradicional da pragmática foram postos em causa, e hoje só seriam aceites com sérias restrições.

A mudança de perspectiva foi mais rápida como resultado das implicações que a biologia de Darwin teve sobre a psicologia – implicações que tiveram uma interpretação imediata no pragmatismo.

Charles S. Peirce, cujo trabalho foi pioneiro na história da semiótica, chegou à conclusão de que, ao fim e ao cabo, o interpretante de um símbolo tem de assentar num hábito e não numa reação fisiológica imediata que o veículo sígnico evoca ou nas imagens ou emoções concomitantes – uma teoria que preparou o caminho para a ênfase nas regras do uso. William James sublinhou a ideia de que um conceito não é uma entidade, mas um modo em que certos dados da percepção funcionam através da representação e que esse funcionamento 'mental', em vez de ser uma simples contemplação do mundo, é um processo altamente seletivo em que o organismo obtém indicações de como agir em relação ao mundo em ordem a satisfazer as suas necessidades ou interesses. George H. Mead estudou em especial o comportamento envolvido no funcionamento dos signos linguísticos e o contexto social em que esses signos surgem e funcionam. O seu trabalho foi o estudo mais importante da perspectiva pragmatista destes aspectos da semiose.

O instrumentalismo de John Dewey é a versão generalizada da ênfase pragmatista acerca do funcionamento instrumentalista dos signos ou 'ideias'.

Se se abstrair do pragmatismo os traços de particular interesse para a pragmática, o resultado pode ser formulado da seguinte maneira: o intérprete de um signo é um organismo; o interpretante é o hábito do organismo em responder, devido ao veículo

sígnico, a objetos ausentes, que são relevantes para as situações problemáticas presentes, como se fossem presentes. Em virtude da semiose, um organismo dá-se conta de propriedades relevantes de objetos ausentes, ou de propriedades não visíveis de objetos que estão presentes, e nisto reside a importância instrumental e geral das ideias. Dado o veículo sígnico como um objeto de resposta, o organismo espera uma situação de tal e tal espécie, e na base dessa expectativa, pode parcialmente preparar-se antecipadamente para o que possa ocorrer. A resposta às coisas através da mediação dos signos é, assim, biologicamente uma continuação do mesmo processo em que os sentidos da distância ganham a prioridade sobre os sentidos do contacto relativamente à superintendência da conduta das formas animais superiores; através da visão, audição, e olfato, esses animais estão já a responder a partes distantes do meio envolvente, e isso mediante certas propriedades dos objetos funcionando como signos de outras propriedades. Este processo de se dar conta de um meio envolvente constantemente mais remoto é simplesmente continuado nos processos complexos da semiose tornados possíveis pela linguagem, não havendo necessidade de que o objeto de que nos damos conta esteja presente à percepção.

Com esta orientação, alguns dos termos utilizados anteriormente surgem a uma nova luz. A relação de um veículo sígnico ao seu designatum é o dar-se conta efetivo, na conduta do intérprete, de uma classe de coisas devido à resposta ao veículo sígnico, e aquilo de que nos damos conta são os designata. A regra semântica tem como seu correlato na dimensão pragmática o hábito do intérprete em usar o veículo sígnico sob certas circunstâncias e, inversamente, em esperar que ocorra tal e tal quando o signo é usado. As regras de formação e transformação correspondem às combinações e transições efetivas de signos usadas pelo intérprete, ou às estipulações para o uso dos signos que ele estabelece para si próprio, do mesmo modo que procura controlar após exames de outros modos de comportamento em relação a pessoas e a coisas. Considerada da perspectiva da pragmática, uma estrutura linguística é um sistema de comportamento: no que concerne às proposições analíticas, as relações entre signos são respostas às respostas sígnicas mais abrangentes de que aquelas são segmentos; no que concerne às proposições sintéticas, as relações entre signos são respostas que não são relações da parte com o todo.

Os signos indexicais (ou os seus substitutos) numa combinação sígnica dirigem a atenção do intérprete para partes do meio envolvente; o signo característico dominante determina uma resposta geral (expectativa) a essas partes; os especificadores característicos delimitam a expectativa geral, sendo o grau de especificação e a escolha

do signo dominante determinados pelo problema em causa. Se as funções indexicais e caracterizantes são ambas realizadas, o intérprete está a julgar e a combinação sígnica é um juízo (correspondendo à frase da sintaxe e à asserção ou proposição da semântica). Na medida em que o que é esperado ocorre tal como era esperado, o signo confirma-se; expectativas, em geral, só se confirmam parcialmente; pode haver, adicionalmente, vários graus de confirmação indireta de que o que é referido indexicalmente tem as propriedades que era esperado ter. Em geral, do ponto de vista do comportamento, os sinais são 'verdadeiros' na medida em que determinam corretamente as expectativas dos seus utilizadores, e, desse modo, liberta mais completamente o comportamento que é implicitamente suscitado na expectativa ou na interpretação.

Estas afirmações vão de algum modo para além da pragmática propriamente dita, entrando na questão estritamente semiótica da interrelação das dimensões – um tópico ainda a discutir especificamente. A própria pragmática tentaria desenvolver os termos apropriados para o estudo da relação dos signos aos seus utilizadores e em ordenar sistematicamente os resultados que resultam do estudo desta dimensão da semiótica. Esses termos tais como 'intérprete', 'interpretante', 'convenção' (quando aplicado a signos), 'dar-se conta de' (quando é uma função de signos), 'verificação' e 'compreende' são termos da pragmática, enquanto muitos termos estritamente semióticos tais como 'signo', 'língua', 'verdade' e 'conhecimento' têm importantes componentes pragmáticos. Numa exposição sistemática da semiótica, a pragmática pressupõe tanto a sintaxe como a semântica, tal como esta última pressupõe a primeira, já que discutir adequadamente a relação dos signos aos seus intérpretes requer o conhecimento da relação dos signos entre si e às coisas que referem aos seus intérpretes. Os elementos exclusivos da pragmática seriam os termos que, não sendo estritamente semióticos, não podem ser definidos na sintaxe ou na semântica; na clarificação do aspecto pragmático de vários termos semióticos; e em estabelecer o que psicologicamente, biologicamente e sociologicamente está envolvido na ocorrência dos signos. Agora podemos voltar a atenção para alguns aspectos deste último problema.

4.2. Conceito teórico

Charles Morris (1938) foi o primeiro a usar esse termo contemporaneamente, sendo o estudo da “relação dos signos com seus intérpretes”. Assim a *pragmática* se caracteriza pelo estudo da linguagem em uso seguindo uma linha de sentido, ou seja, uma sequência de atos. Não é possível o locutor dar uma ordem e fazer um pedido no mesmo ato de fala. Quando estas condições são ignoradas, constituem incoerência pragmática.

Morris (1938) que propôs a divisão tricotômica do estudo da língua em: *sintaxe*, *semântica* e *pragmática*, tendo definido esta última por “the study of the relation of signs to interpreters”, e, mais tarde, por “the relation of signs to their users”.

Rudolf Carnap (1938), o lógico e filósofo da ciência de origem alemã com quem Morris trabalhou em Chicago, por sua vez definiu a *pragmática* como o estudo da linguagem em relação aos seus falantes, ou usuários. Tanto a definição de Morris, quanto a de Carnap, faz parte da já consagrada distinção geral do campo de estudos da linguagem entre *pragmática*, que considera a linguagem em seu uso concreto, *semântica*, que examina os signos linguísticos em sua relação com os objetos que designam ou a que se referem, e *sintaxe*, que analisa a relação dos signos entre si.

Mais recentemente, o termo *pragmática* passou a englobar todos os estudos da linguagem relacionados a seu uso na comunicação. Uma outra concepção de *pragmática* se desenvolveu com base em correntes na filosofia da linguagem e na lingüística que valorizam a linguagem comum e o uso concreto da linguagem como a principal instância de investigação da linguagem, tratando a semântica e a sintaxe apenas como construções teóricas. A filosofia da linguagem ordinária de Gilbert Ryle, a teoria dos atos de fala de Austin, a concepção de jogos de linguagem de Wittgenstein, e mesmo a semiótica de Umberto Eco, dentre outras, podem ser incluídas nessa vertente. Trata-se basicamente de uma visão filosófica segundo a qual o estudo da linguagem deve ser realizado em uma perspectiva *pragmática*, ou seja, enquanto prática social concreta, examinando, portanto, a constituição do significado lingüístico a partir da interação entre falante e ouvinte, do contexto de uso, dos elementos sócio-culturais pressupostos pelo uso, e dos objetivos, efeitos e conseqüências desses usos.

A *pragmática* não seria assim apenas um segmento dos estudos da linguagem, mas o seu campo privilegiado

Na filosofia alemã, por sua vez, J. Habermas (*Pragmática universal e Teoria da ação comunicativa*) e K.O. Apel (*Pragmática transcendental*) inspirados no pragmatismo e na filosofia *pragmática* da linguagem desenvolveram concepções de *pragmática* voltadas para a análise das condições de possibilidade da comunicação, de seus pressupostos e de suas implicações, inclusive nos campos da ética e da política.

Encontramos, portanto, contemporaneamente, várias acepções de pragmática e de pragmatismo, com origens historicamente diversas e diferenças profundas. Em linhas gerais podemos dizer que todas compartilham a atribuição de uma importância central à prática, à experiência concreta, aos aspectos aplicados do conhecimento e aos contextos concretos de uso, desde signos específicos e seus usuários até teorias científicas e suas aplicações. Adotam também uma posição anti-metafísica, no sentido de que não aceitam a concepção de uma realidade supra-sensível, além da experiência concreta e totalmente distinta desta, acessível apenas a um pensamento racional privilegiado, o que seria tarefa do filósofo, ou do teórico.

A *pragmática* pressupõe uma concepção segundo a qual o significado é relativo a contextos determinados e deve ser considerado a partir do uso dos termos e expressões linguísticos utilizados nesses contextos. Isso não equivale ao “vale tudo”, porque o significado não é visto como arbitrário, mas como dependente do contexto. A consideração do uso envolve, portanto, a determinação das regras e condições de uso que caracterizam os contextos específicos em que o significado se constitui. Afirmar que o significado é “relativo ao contexto” não é o mesmo que afirmar o “relativismo” semântico, cognitivo, ou ético, se “relativismo” significa que todas as posições se equivalem e são igualmente válidas, ou a tese de Humpty Dumpty segundo a qual podemos significar o que quisermos. Ao contrário, a consideração de regras, convenções e condições de uso, exclui a arbitrariedade, explicitando o processo de constituição e de alteração do significado de uma palavra ou expressão linguística.

Uma teoria cognitiva da pragmática deverá elucidar as relações existentes entre os vários sistemas cognitivos (conceituais) e as condições de adequação dos atos de fala aos seus contextos de ocorrência, ou situações de produção (cf. Van Dijk, 1996).

A fronteira entre a semântica e a pragmática é normalmente traçada a partir da noção de *contexto*. As significações linguísticas a priori independem do contexto, enquanto as significações pragmáticas emergem do contexto (cf. Moura, 2000).

Os conhecimentos pragmáticos serão determinantes da semântica do texto. Isto porque, construir texto, entidade linguística, semântica e pragmática sustentada pela

coerência, é produzir a cadeia semântica que permitirá a compreensão/interpretação do texto.

Produzir textos, por conseguinte, é um fato pragmático, com condições peculiares. Segundo Bernárdez, para haver coerência, não basta a intenção do enunciador. É preciso que a coerência atravesse todo o processo de elaboração de texto, desde a intenção do emissor (um processo pré-linguístico) até as vias de fato, a superfície do texto, mediante estruturas linguísticas (Sautchuck).

Van Dijk, acerca da compreensão, destaca a função da memória, apresentando dois níveis básicos de atuação: Memória a Curto Prazo (MCP – responsável pela informação; memória semântica ou conceptual) e Memória a Longo Prazo (MLP – mantém a coerência informativa). Esse processo se associa à organização micro e macroestrutural do texto.

Se a recepção da informação se der de modo organizado na estrutura da memória, ela (informação) poderá ser recuperada e reproduzida – o que justificaria a tese de que quem lê escreve bem. Nem sempre, portanto, isso é verdadeiro. Kato apresenta dois princípios que regem o comportamento inconsciente do leitor: o da canonicidade (nível microestrutural, de constituição de sentido do texto) e o da coerência (nível macroestrutural, de estrutura semântica do texto).

Bernárdez (1900 – 1978), em sua definição de texto, apresenta três princípios: *unidade comunicativa, caráter social, coerência superficial e profunda*. Um texto não é um produto definitivamente pronto. Tecido e inerte, ele não tem sentido.

Um texto é um tecer interativo em que emissor e receptor têm o seu papel agentivo de criador de sentidos sobre os enunciados, levando-se em conta também o processo de elaboração. O texto é instrumento de intenção do indivíduo-escritor; é o intermediário entre intenção e realização da comunicação. Por conseguinte, o domínio do sistema linguístico é indispensável para a produção de textos legíveis, mas não só a competência gramatical; a competência pragmática (conhecimento de mundo) é fator relevante na compreensão / interpretação dos enunciados, das sentenças, uma vez que os sentidos não estão nas palavras, mas na operação realizada no processamento da leitura. Assim sendo, o domínio do sistema verbal oferece as condições primeiras de entrada com o cabedal de sentidos literais, porém, as inferências que subsidiam a interpretação emergem do conteúdo pragmático que se manifesta nos roteiros (scripts), nos enquadres (frames), que contextualizarão os textos permitindo-lhe fechamentos de significação, ainda que temporários.

Logo, o ensino da língua e especialmente da leitura e da produção textual precisa reorganizar-se abrindo espaços mais amplos para as discussões de natureza semântica e pragmática, uma vez que o homem fala para se comunicar e isso demanda interação e intercâmbio de dados socioculturais que, em última análise, são os conteúdos pragmáticos.

CAPÍTULO V

5. Conclusão

O pensamento filosófico sofreu grandes modificações em meados do século XIX, ficando conhecido como **virada linguística**. Essa virada foi o solo epistemológico no qual surgiu a ciência da linguística (Saussure e Hjelmslev), a lógica matemática (Frege Russel), a solução ao problema da denotação (Wittgenstein), a hermenêutica (Gadamer, Heidegger), a semiótica (Peirce), o estruturalismo (Jakobson, Barthes). O pressuposto comum entre eles, é que a linguagem (em seus aspectos sintáticos, formais, lógicos, estruturais, semânticos) permite operações como **pensar, conhecer, deduzir**; ou seja, as operações supostamente “mentais” ou “cognitivas” não passam de uma cortina de fumaça platônica, cartesiana.

A linguagem não se reduz a um simples instrumento para o pensamento representar as coisas, sua **estrutura articulada**, é independente de um sujeito ou de uma vontade individual e subjetiva. A linguagem não é um instrumento precário e imperfeito do qual o pensamento se serve para realizar as operações de representação mental da realidade. A função da linguagem vai além da simples nomeação de objetos ou designação de algo da realidade; o signo significa e dá instrução ao pensamento, sua significação não decorre só de uma suposta relação direta com a coisa nomeada. Sem linguagem, com suas estruturas, regras de formação e só os de atos da fala, não há pensamentos, não há referencia. A significação e a comunicação se fazem a partir de estruturas sîgnicas (unidade de significação), que ensejam a forma da proposição ou frase gramatical (unidade de expressão de um fato, situação, estado de coisa). Se a linguagem se limitasse a expressar um pensamento completo, não seria possível compreender o que se quer dizer com a frase e, muito menos com a proposição, uma vez que ambas ganham vida no e pelo ato do discurso.

A pragmática foi analisada em 1977 como o lado concreto da linguagem, ou seja, observando como os usuários de uma língua a usam em sua prática linguística por um lado e por outro o estudo das condições que governam essa prática. Estuda-se primeiramente o uso da linguagem, partindo-se dos estudos de Saussure que defende que a língua é objeto de estudo da Linguística e a Pragmática leva em conta a fala, a língua em uso.

Estuda-se então a sociedade e sua comunicação, como a linguagem funciona nas trocas de linguagem entre seus usuários. Podemos afirmar que esse estudo ainda é relativo aos problemas condicional ao uso da linguagem. Os estudos de Peirce, que fez um trabalho prolongado para explicar a teoria do signo, definiu e subdividiu suas explicações em dez classes principais. Um signo é aquilo que sob determinado aspecto representa algo para alguém. Vai ao encontro de alguém, criando na mente desta pessoa um outro signo. O signo é uma representação de seu objeto. Seus principais seguidores foram William James e Charles W. Morris, este fundamenta a doutrina da ciência unitária, ao passo que James inaugura o que ficou conhecido como o Pragmatismo americano, ficando mais tarde seus estudos vinculados às aplicações práticas voltadas para a ação. Relativiza a noção de verdade ao atingir o discurso sobre a possibilidade de conhecimento de fato.

Uma das discussões entre diversos estudiosos dos assuntos linguísticos tem a ver com a formulação gramatical das frases, quer dizer, a maior preocupação seria que os falantes de uma língua se expressassem de acordo com as normas gramaticais vigentes e que não poderiam incorrer em construções gramaticais que fossem mal formuladas, o que converteria a Pragmática em um “depósito de todo tipo de considerações extras gramaticais e dos efeitos desses fatores na forma gramatical e léxica”.

De acordo com os conceitos da Pragmática o contexto dentro do qual a comunicação é efetivada influi na compreensão do enunciado emitido, assim se uma pessoa diz à outra: “Como está frio aqui”, pode entender pelo contexto um pedido para que a janela seja fechada. Isso vai depender das condições de domínio da linguagem do interlocutor dessa pessoa. Quem estuda os atos de fala é Searle (1932), que segundo ele são unidades da comunicação linguística e se realizam de acordo com regras.

No exemplo acima a frase conota o ato linguístico de pedir e o ouvinte pode ser capaz de fazer o que é pedido ou não, dependendo da regra constitutiva.

A Pragmática, a Sociolinguística e a Análise da Conversação estudam a comunicação linguística na complexidade de seus contextos, sendo que a “Pragmática

trabalha com enunciados construídos e se concentra no estudo dos processos de inferência pelos quais compreendemos o que está implícito”.

A Semiótica acaba de uma vez por todas com a ideia de que as coisas só adquirem significado quando traduzidas sob a forma de palavras.

Não temos poder nenhum de pensar sem signos, não há raciocínio possível, nenhum pensamento, nenhuma linguagem seria possível sem o uso dos signos.

Segundo Austin (1911 – 1960), existe um campo de investigação que é próprio da filosofia e que só ela é capaz de realizá-lo.

Trata-se da análise da linguagem que parte da linguagem comum, como outras ciências, mas que não permanece na mera superfície dos fenômenos. Interessa à filosofia não o uso que se faz de uma língua nesta ou naquela cultura, mas sim as regras subjacentes às diferentes interações linguísticas.

Ao contrário do cientista, que busca regularidades empíricas através de entrevistas com os usuários de uma determinada língua, o filósofo realiza um saber reconstrutivo da língua como um sistema de ação regada. Ou seja, **interessa à filosofia quais as condições de possibilidade de funcionamento de uma linguagem**. Por exemplo: o que torna possível um ato de fala?

A filosofia não busca meramente apresentar os fenômenos, mas entender as condições de possibilidade e de validade em que eles se realizam. Dizer, por exemplo, que o sentido de uma locução é dependente do contexto, não explica como é possível traduzir uma expressão de uma língua para outra. A tradução mostra justamente que é possível passar de um jogo de linguagem para outro, o que colocaria a questão: será que além dos contextos específicos em que se realiza uma fala, não existem determinadas regras ou condições que são independentes do contexto? Ou ainda: existem regras comuns a qualquer jogo de linguagem (por exemplo, seguir regras)?

Há muito tempo os estudos da linguagem têm se dividido entre três linhas de pesquisa, temos aqueles que valorizam sua análise levando em consideração os **aspectos internos**, aqueles que enfatizam seus **aspectos externos** e aqueles que consideram o estudo da linguagem como um conjunto que envolve tanto a **organização estrutural**, seus **procedimentos** e **mecanismos**, quanto o **seu contexto**, ou seja, as condições de produção, a enunciação, contribuinte de peso na construção do sentido.

Dentre os dois primeiros, alguns conhecem, mas relevam questões de uso, sociais e de contextos de enunciação, enquanto outros reconhecem a importância dos aspectos estruturais ou contextuais, mas enfatizam o contexto de enunciação, as condições de produção.

Portanto, a Semiótica busca estudar o texto na sua acepção mais abrangente, global, ou seja, tudo que tem um sentido, um campo de atuação: a significação, procurando descrever o que “o texto diz e como faz pra dizer o que diz”, numa intencionalidade de controlar a interpretação dos dados e dilatar a abrangência dessa mesma interpretação.

As regras, a língua é o sistema, não é a mensagem que serve de suporte. O sentido está no texto, em sua ambivalência linguística, o estudo da linguagem reconstrói suas regras de funcionamento, seus procedimentos, suas redes de dependência interna. A partir disso, podemos dizer que a Semiótica é sincrônica a medida que estuda o texto e sua estrutura, e diacrônica a medida que, toda mudança condicionada pelo externo está inserida no texto, em sua estrutura. A partir de Saussure temos a **dicotomia de significante e significado**.

O primeiro corresponde à **imagem acústica** e **o segundo** ao conceito, **representação do objeto**. Ambos indissociáveis. Para a semiótica, essa dicotomia embasa o fato de que a linguagem constrói o real e que isso se dá de diversas formas tendo em vista que a categorização do “real” é recortada, construída conforme a situação. Assim como somente existe signo se houver significante e significado, o sentido ou interpretação só se dá com base na relação estabelecida entre os enunciados.

Todo texto é constituído em dois níveis estruturais: a macroestrutura e a microestrutura. A partir das proposições geradas na interpretação semântica - tanto aquelas originadas das informações explícitas, quanto às originadas das inferências - o leitor tenta constituir a coerência global do texto. Assim, a partir de proposições, formam-se as macroproposições de diversos níveis, construindo-se a macroestrutura textual.

A microestrutura, segundo Sautchuk (2003), decorre da estruturação linguística do texto, mediante um sistema de instruções textualizadoras de superfície, organizadoras da construção linear do texto a partir da articulação de palavras e frases como elementos responsáveis pela coesão.

Vilela (1999) fala de *microestruturas textuais* e de *macroestruturas textuais*. Segundo o autor, estas unidades se “situam no domínio cognitivo, no domínio semântico: é uma configuração da conexão global do texto, o seu *sentido textual*”.

Podemos inferir que as macroestruturas textuais se relacionam com o texto, ao permitirem a formulação de uma ideia global, mas também com aspectos exteriores, associados ao mundo real (ao contexto de produção); enquanto as microestruturas,

constituindo unidades em si mesmas, articulam-se formalmente para tornar coesa a macroestrutura.

Segundo Inês Duarte (In Mira Mateus e outras, 2003), a *coerência textual*, ou *cone(c)tividade textual*, é “...um fator de textualidade que resulta da inter - ação entre os elementos cognitivos apresentados pelas ocorrências textuais e o nosso conhecimento do mundo”; ao passo que a *coesão textual* é constituída por “Todos os processos de sequencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual. Como se pode deduzir, para a autora, a macroestrutura está relacionada à coerência, e a microestrutura à coesão.

Os mecanismos linguísticos de coesão manifestam-se de modos diversos. Não é exclusividade das palavras gramaticais (preposições, conjunções e pronomes relativos) a combinação das ideias e a definição de seus valores.

Também as palavras lexicais (verbos, substantivos, adjetivos, advérbios, numerais e pronomes) atuam como elementos coesivos, dispensando algumas vezes a presença de um conectivo propriamente dito.

Nesse âmbito é que propomos aos leitores de obras Filosóficas a verificação e a habilidade para selecionar palavras e expressões ajustadas às ferramentas de leituras, de modo a garantir a coesão textual, e, ao mesmo tempo, abrir espaço para leituras coerentes. Nessa observação, buscamos o potencial icônico subjacente à estruturação textual como garantidor da semiose. Persigamos a iconicidade diagramática (Simões & Dutra, 2004a) no plano dos sintagmas.

Procuramos relacionar a semiose com a semântica e a pragmática, entendendo a competência linguística como sendo condição de comunicatividade verbal. Isto porque a organização microestrutural do texto seria, a princípio, um garantidor da veiculação eficiente da mensagem. Schmidt (1978) dizia pertencerem a pragmática os componentes comunicativos da competência linguística, definindo-a como habilidade do usuário de uma língua natural para adaptar seus enunciados às situações de comunicação, buscando uma comunicação eficaz.

O modelo semiótico de comunicação é aquele em que a ênfase é colocada na criação dos significados e na formação das mensagens a transmitir.

Para que haja comunicação é preciso criar uma mensagem a partir de signos, mensagem que induzirá o interlocutor a elaborar outra mensagem e assim sucessivamente. As questões cruciais nesta abordagem são de cariz semiótico. Que

tipos de signos se utilizam para criar mensagens? Quais as regras de formação? Que códigos têm os interlocutores de partilhar entre si para que a comunicação seja possível? Quais as denotações e quais as conotações dos signos utilizados? Que tipo de uso se lhes dá? O modelo semiótico de comunicação não é linear, não se centra nos passos que a mensagem percorre desde a fonte até ao destinatário. A comunicação não é tomada como um fluxo, antes como um sistema estruturado de signos e códigos.

O modelo semiótico considera inseparáveis o conteúdo e o processo de comunicação. Conteúdo e processo condicionam-se reciprocamente, o estudo da comunicação passa pelo estudo das relações sógnicas, dos signos utilizados, dos códigos em vigor, das culturas em que os signos se criam, vivem e atuam. Quer isto dizer que o significado da mensagem não se encontra instituído na mensagem, como que seu conteúdo, e independente de qualquer contexto, mas que é algo que subsiste numa relação estrutural entre o produtor, a mensagem, o referente, o interlocutor e o contexto.

A partir das discussões teóricas que fundamentaram esta Dissertação, pudemos discorrer sobre os pressupostos semânticos e pragmáticos que encontramos inseridos em textos filosóficos. Contudo, “a semântica é o ramo da linguística devotado a investigação do significado da língua, a interpretação de expressões em um sistema de linguagem” que podem ser utilizadas e re combinadas de maneiras infinitas pelo falante, o que lhe permite criatividades diante o sistema linguístico.

Uma pessoa pode muito bem saber as regras da gramática e possuir simultaneamente um conhecimento profundo de um leque elevadíssimo de léxicos e, todavia, falhar na interpretação de um discurso. E por quê? Porque os sujeitos que participam no ato de comunicação afetam o significado do que é enunciado. Este depende das circunstâncias do seu uso. Só o contexto amplo do uso das palavras pelo utilizador, isto é, se tivermos em conta a adaptação feita por ele das expressões simbólicas aos contextos referencial, situacional, de ação e interpessoal, é que nos dá inteligência do que locutoriamente se diz. A linguagem não é, como se poderia facilmente julgar, nem mero cálculo de regras sintáticas nem catálogo de significados, mas também um meio de "dizer e dizer com a intenção de fazer/mandar fazer algo". A atitude pragmática diz respeito à procura de sentido nos sistemas de signos, considerando o contexto, os costumes/ usos linguísticos dos falantes e as regras sociais. Impõe-se, portanto, na interpretação de um discurso, além das análises sintática e semântica, a análise pragmática: *quem disse , em que circunstâncias e com que*

intenção , isto é, o uso que os interlocutores fazem das linguagens tendo em vista a ação que exercem uns sobre os outros.

O passado não pode ser destruído por conta do presente, nós precisamos saber extrair de uma obra neste tempo moderno, de experiência humana. “sua qualidade essencial de presente”, O leitor não deve participar de uma leitura procurando sua imagem, como se fosse um espelho, pois uma obra é dotada de ambigüidade e desvios e com esta prática não encontramos significados para aprender alguma coisa, nem o próprio autor pode confiar na autenticidade de seu discurso, pois as palavras passam por transformações e crises de representação se experimentam em novas situações sobre os saltos na expressão escrita e falada entre o autor e o leitor, ambos desempenham funções diferentes dentro deste universo conhecido por antecipação como “desvios de linguagem”.

Podemos ensinar a compreensão? Podemos ensinar um processo cognitivo? Podemos criar oportunidades que permitam o desenvolvimento desse processo cognitivo, sendo que essas oportunidade poderão ser melhor criadas na medida em que o processo seja melhor conhecido, relevante mediante a complexidade do ato de compreender e a multiplicidade de processos cognitivos que constituem a atividade em que o leitor se engaja para construir o sentido de um texto escrito, pois oferecem subsídios aos interessados na leitura e na formação de leitores tornando possível o planejamento de medidas bem fundamentadas, construindo bases para uma atividade de **metacognição, de reflexão sobre o próprio saber, o que pode tornar esse saber mais acessível a mudanças**. Segundo Kleiman (2004) a partir do texto a linguagem, já foi caracterizada como “o instrumento mais eficiente para inferir na vida interior através do homem, assim, o leitor constrói, não apenas recebe um significado global para o texto; pois ele procura pistas formais, antecipa essas pistas, formula e reformula hipóteses, aceita ou rejeita conclusões, contudo, o autor busca a adesão do leitor, apresentando para isto os melhores argumentos, a evidência mais convincente da forma mais clara possível, organizando e deixando no texto pistas formais a fim de facilitar a consecução de seu objeto para que possa ser inferido pelo leitor. Estabelecendo uma relação entre leitor e autor mediante a leitura, pois ambos têm a zelar para que os pontos de contato sejam mantidos, apesar das divergências em opiniões e objetivos.

O leitor não deve ir ao texto com ideias pré-concebidas, inalteráveis, com crenças imutáveis, dificultando assim a compreensão quando estas não correspondem àquelas que o autor apresenta nesse caso o leitor nem se quer consegue construir o quadro

referencial através de pistas, utilizando-se apenas de procedimentos descendentes de rocessamento do texto que se baseiam quase que exclusivamente no seu conhecimento e experiências prévias e a voz do autor fica perdida no processo, ao invés de pensar junto com o autor, o leitor fica ensimesmado em seus próprios pensamentos, escutando apenas sua voz interior, atribuindo ao autor informações e opiniões consistentes com suas crenças é aí que a leitura vai se delineando como uma atividade difícil, insuperável para muitos. O leitor acaba a leitura declarando não ter compreendido o texto, e acusando o autor de não ter conseguido fazer a analogia com sucesso. Sabemos que a tarefa de compreensão pode ser complexa porque existe uma rede de relações sintáticas, lexicais, semânticas, pragmáticas, em nível de sentença, período, parágrafo, relações estas que tornam o objeto rico demais para uma percepção rápida, imediata e total. Podemos dizer que esse leitor abandonou o acordo de responsabilidade mútua, uma vez que pressupõe um autor confuso, pouco informativo, e caracterizou as pistas do texto como irrelevantes e conflitantes. Quando essas obscuridades e inconsistências aparecem, o leitor deverá tentar resolvê-las, apelando ao seu conhecimento prévio de mundo, releituras, análise de palavras, frases e sentenças, de inferências, argumentos, de provas formais, de objetivos, de intenções, ativação de conhecimentos linguístico, textual e muitas vezes de ações e de motivações, desenvolvendo uma unidade que faz com que as partes se encaixem umas nas outras para fazer um todo coerente.

Refletir sobre o conhecimento e controlar os nossos processos cognitivos são passos certos no caminho que leva a formação de um leitor que percebe as relações, e que forma relações com um contexto maior, que descobre e infere informações e significados mediante **estratégias** cada vez mais flexíveis e originais, pois a leitura é um ato social, entre dois sujeitos “LEITOR E AUTOR” que interagem entre si, obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinadas.

A percepção das marcas de autoria no texto é essencial para a leitura crítica. O senso crítico é definido como uma atitude de descrença, de ceticismo que faz com que exijamos evidências para as opiniões e ideias que são apresentadas, e que podem servir de base para a formação de opiniões e ideias próprias. Essa atitude implica uma análise do texto prévia a qualquer discussão; pressupõe uma interação, um escutar o outro. Limitar a nossa leitura àqueles textos coincidentes com nossas crenças, ideias e opiniões **é limitar uma atividade cujo grande mérito é o fato de nos permitir o acesso a outros mundos**. Acreditamos que a reconstrução de uma argumentação com base em pistas objetivas é essencial para a interpretação crítica da intenção argumentativa do autor, própria da leitura como interação.

Para tanto, propomos a utilização de sequências de estratégias que permitam ao leitor ativo interpretar e compreender automaticamente os textos escritos e que se sintam identificados com as situações, o discurso, os exemplos...

Que da leitura emergem, que sintam prazer e gosto pela leitura e, se possível se apaixonem pela leitura enquanto desfrutam sua tarefa.

Sabemos que leitura é um processo de interação entre leitor e texto, neste processo tenta-se satisfazer os objetivos que guiam sua leitura, pois lemos para alcançar uma finalidade diante de um leque variado de informações, a interpretação depende em grande parte do objetivo da leitura, ainda que o conteúdo de um texto permaneça invariável, é possível que dois leitores com finalidades diferentes extraiam informações distintas do mesmo, sendo o leitor que constrói o significado do texto, tal significado que um escrito tem para o leitor não é uma tradução ou réplica do significado que o autor quis lhe dar, mas uma construção que envolve texto, os conhecimentos prévios do leitor que o aborda seus objetivos. Os textos que lemos são diferentes e oferecem diferentes possibilidades e limitações para a transmissão de informação escrita. As diferentes estruturas do texto _ ou “superestruturas” _impõem restrições á forma em que se organiza a informação escrita, que obriga a conhecê-las, mesmo que intuitivamente, para se compreender tal informação de forma adequada.

Para Solé (1998) devemos considerar que o leitor, perante o texto, processa seus elementos componentes, começando pelas letras, continuando com as palavras, frases... Em um processo ascendente, sequencial e hierárquico que o levará a compreensão do texto, as grandes habilidades de decodificação, consideram que o leitor pode compreender o texto porque pode decodificá-lo totalmente, o leitor não procede letra por letras, mas usa seu conhecimento prévio e seus recursos cognitivos para estabelecer antecipações sobre o conteúdo do texto, fixando-se neste para verificá-las, ou seja, quanto mais informações possuir um leitor sobre o texto que irá ler, menos precisará de “fixar” nela para construir uma interpretação, a partir das hipóteses e antecipações prévias, o texto é processado para sua verificação, de maneira que a informação que se processa em cada um deles funciona como *input* para o nível seguinte, fazendo com que através de um processo ascendente, a informação se propaga para níveis mais elevados, porém simultaneamente , visto que o texto também gera expectativas em nível semântico, tais expectativas guiam a leitura e buscam sua verificação em indicadores de nível inferior (léxico, sintático, grafo-tônico) através de um processo descendente, fazendo com que o leitor utilize seu conhecimento do mundo e seu conhecimento do texto para construir uma interpretação.

Destarte, para ler, é precisa dominar algumas habilidades de decodificação e aprender as distintas estratégias que o levarão a compreensão e que o leitor seja um processador ativo de texto, e que a leitura seja um processo constante de emissão e verificação de hipóteses daquilo pode significar, que levam a construção da compreensão do texto e do controle desta compreensão que acontece graças aos diversos indicadores que estão intimamente vinculado ao seu conteúdo, como o próprio Título que ajuda o leitor a prestar atenção a aspectos fundamentais, a orientar suas previsões e sua superestrutura (Van Dijk,1983), que permitem orientar nossa leitura de maneira cada vez mais precisa e crítica, tornando-a mais eficaz. O processo de leitura deve garantir que o leitor compreenda o texto e que possa construir uma ideia sobre seu conteúdo, extraíndo dele o que lhe interessa, em função de seus objetivos. Isto só pode ser feito mediante leitura individual, precisa, que permita o avanço e o retrocesso, que permita parar, pensar, recapitular, relacionar a informação com seu conhecimento, formular perguntas, decidir o que é importante e o que é secundário. Esse esforço é que permite que se fale de intervenção de um **leitor ativo**, que processa e atribui significados aquilo que está escrito em uma página, construindo representações da realidade, dos elementos constitutivos da nossa cultura, entendida em sentido amplo: valores, sistemas conceituais, ideologia, sistema de comunicação, procedimentos, etc.

Assim, podemos fazer usos de alguns procedimentos: é um conjunto de **ações ordenadas** e finalizadas, dirigidas á **consecução de uma meta**, número de ações, os passos envolvidos em sua realização e sua ordem, do tipo de meta a alcançar, planejamento, planejar e realizar instruções. Capacidade de pensamento estratégico, que possibilita avançar seu curso em função de critérios de eficácia, de condições que temos no momento adequado de regular nossa atividade á medida que sua aplicação permite selecionar, avaliar, persistir ou abandonar determinadas ações para conseguir as metas a que nos propomos, porém, uma das características das estratégias é o fato de que não detalham nem prescrevem totalmente o curso de uma ação, são arriscadas, sobre o caminho mais adequado que devemos seguir. Sua aplicação correta exigirá sua contextualização para o problema concreto e envolvem autodireção (a existência de um objetivo e a consciência de que este objetivo existe), supervisionar e avaliar o próprio comportamento em função dos objetivos que o guiam e da possibilidade de modificá-lo em caso de necessidade.

Portanto, se as estratégias de leituras são procedimentos e os procedimentos são conteúdos de ensino, então é preciso ensinar estratégias para a compreensão dos textos, pois o que caracteriza a mentalidade estratégica é sua capacidade de representar e

analisar os problemas e a flexibilidade para encontrar soluções, devendo predominar a construção e o uso de procedimentos de tipo geral, que possam ser ensinados sem maiores dificuldades para soluções de leitura múltiplas e variados, a fim de fomentar suas competências enquanto leitores autônomos, capazes de aprender a aprender.

Nessa linha de raciocínio, buscamos rastrear a organização dos signos no texto e relacioná-los com as estratégias de leituras e as situações de comunicação, com vistas a pôr em xeque a estruturação textual em si e o projeto comunicativo e interpretativo subjacente.

BIBLIOGRAFIA

- APEL, Karl – Otto. **Transformação da Filosofia I: Filosofia Analítica, Semiótica, Hermenêutica**. São Paulo. Edições Loyola. 2000.
- **Transformação da Filosofia II: O a priori da comunidade de comunicação**. São PAULO. Edições Loyola. 2000.
- ALSTON, Willian P. *A filosofia da linguagem*. Rio de Janeiro: Zahar. 1972.
- ALSTON, Willian P. *Philosophy of Language*, Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1964.
- AUROUX, Sylvan. *A filosofia da linguagem*. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- BARBOSA, Derly. *Manual de Pesquisa: metodologia de estudos e elaboração de monografia*. São Paulo: Expressão & Arte. 2006.
- BROWN, Douglas H. *Principles of Language Learning and Teaching*. New Jersey:
- CAMARA JR, J. Mattoso. **Contribuições à estilística da Língua Portuguesa**. 24. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1997.
- CARVALHO, Castelar. *Para Compreender Saussure – Fundamentos e visão crítica*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CHALHUB, Samira. **Funções da Linguagens**. Série Princípios. Edit. Ática. 2001.
- CHOMSKY, N., 1986, *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. New York, Praeger Publishers, 1986. (trad. *Portuguesa: O Conhecimento da Língua – Sua Natureza, Origem e Uso*, Porto, Caminho, 1994)
- COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da Filosofia*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Campinas: Papyrus, 1991.
- *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- ECO, Umberto. *Tratado Geral da Semiótica*. 4. Ed.. São Paulo. Perspectiva. 2002.
- *Semiótica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ática, 1991. ENSAIOS / Gilbert Ryle... [et. al.]; *seleção de textos*: Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva; tradução de Balthazar Barbosa Filho... [et. al]. – 4º Ed.1 – SP Nova Cultural. 1989 – (Os Pensadores – vol. 52).
- FAVERO, L. L. e PASCHOAL, M. Z. 2 (orgs.) **Linguística Textual Texto e Leitura**. Série Cadernos PUC 22, 1986
- FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística – I Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luís Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
-, *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- **Microfísica do Poder**. ed^a 16. Rio de Janeiro: Graal. 2001.
- GUIRAUD, Pierre. **A Estilística**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- HACKING, Ian. *Por que a linguagem interessa a Filosofia?* São Paulo. Ed. UNESP. 1999.
- HARRIS, Roy. Reading Saussure: **a critical commentary on the cours de linguistique générale**. Duckworth. 1931
- IBRI, Ivo Assad. *Kósmos Noetós: a arquitetura metafísica de Charles Sanders Peirce*. São Paulo. Perspectiva. 1992.

- ILARI, Rodolfo. *Semântica*. São Paulo. Ed. Ática. 2006.
- JACOB, André. **Introdução a Filosofia da Linguagem**. RÉ-S-Editora. 1984.
- JAMES. William. **The Cambridge Companion to**. Edited By Ruth Anna Putnam. 1997
- KLEIMAN, Ângela. **Texto e Leitor Cognitivos da Leitura**. Campinas, SP: Pontes, 9º edição. 2004
- KOCH, Ingedore. Grunfeld. Villaça. (2002) *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.
- KOCH, Ingedore. Grunfeld. Villaça. & TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1989) *Texto e Coerência*. São Paulo: Cortez.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo, Perspectiva, 2000.
- KRISTEVA, Julia. *História da Linguagem*. Lisboa. Edições 70, 1969.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo. Atlas. 1996.
- LUCKESI, C. C. e PASSOS, E.S. **Introdução à filosofia: aprendendo a pensar**. São Paulo: Cortez, 1996.
- MAGALHÃES, Diógenes. *Língua, Linguagem, Linguística*. Edições Coisa Nossa. 1995.
- MAINGENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1989. (Tradução de Freda Insdursky).
- MOISÉS, Massaud. *A análise literária*, 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.
- MONTEIRO, José Lemos. **A Estilística: manual de análises e criação do estilo literário**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MORRIS, Charles W. *Fundamentos da Teoria do Signo*; tradução: Paulo Alcoforado e Milton José Pinto. Rio de Janeiro. Eldorado Tijuca; São Paulo. Ed. Universidade de S.P. 1976.
- NOTH, Winfried. *Panorama da Semiótica*. De Platão a Peirce. 3º edição. SP. ANNABLUME. 2003.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é Linguística*. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção primeiros passos; 184).
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica* [Tradução: José Teixeira Neto]. 4º Ed. São Paulo. Perspectiva. 2008.
- PIGNATARI, Décio. *Semiótica & Literatura*. 6º edição. Ateliê Editorial. SP. 2004.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. (Orgs.). BALLY .
- SCHMIDT, S. J. *Linguística e Teoria do Texto*. São Paulo: Pioneira, 1978.
- SEARLE, John R. *Expression and meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- SEVERINO. Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 20º ed., São Paulo, Cortez, 1996.
- SILVA, Thaís Cristófar. *Fonética e Fonologia do Português*. São Paulo: Contexto, 2001.
- SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leituras**. Tradução Claudia Schilling _ 6º Ed. Porto Alegre. 1998.

SPIRO, R. J. , BRUCE B. C. e brewer, W. F. (comps.) **Theoretical Issues in Reading Comprehension**. Hillsdale, N. J.: Laurence Erlbaun, 1980.

VAN DIJK, Teun A **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1996.

VILELA, Mário & Koch, Ingedore **Villaça. Gramática da Língua Portuguesa**. 2ª ed.. Coimbra: Almedina, 1999.

WEEDWOOD, Bárbara. **História Concisa da linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.

WIDDOWSON, H. G. **O ensino de línguas para a comunicação**. Campinas/SP: Pontes, 1991.

Outras Fontes

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS NBR – 6023 **Referências Bibliográficas**. Rio de Janeiro, 1989.

videoconferencia@virtual.pucminas.br. Acesso em 21/04/2011

[www.http://educacao.uol.com.br/filosofia/ult3323u52](http://educacao.uol.com.br/filosofia/ult3323u52). 21/04/2011

Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa - versão 1.0, 2001.

Dicionário Aurélio Eletrônico, Século XXI, Versão 3.0, 1999.

ANEXO I

Composição s�gnica: exemplo da tradi�o triádica			
Autor	Expressão	Conteúdo	Referente
Platão	Som	Ideias	Coisas
Aristóteles	Palavra	Afei�es da alma	Coisas
Estóicos	S�mainon	S�main�menon	Tugch�non
Hjelmslev	Forma de Expressão	Forma de conteúdo	Subs. de Conteúdo
Sausurre	Significante	Significado	(Concep�o Di�tica)
Morris	veículo de signo	Significatum	Denotatum
Locke	Palavra	Ideias	Coisas
Ockham	Terminus	Conceito	Res

S mainon – significante.
S main menon – significado.
Terminus – fronteira significante (deus romano protetor das fronteiras).
Significatum – o que significa.
Di tica – par de objetivos.
Denotatum – nome; referente;
Tugch non – acontecimento.
Res – substância.

Di tica

“A a o de um signo requer um exame mais detalhado. Deixem-me recordar-lhes a distin o feita entre a o dinâmica, ou diádica; e a o inteligente, ou triádica. Um evento A pode, pela força bruta, produzir um evento B; e então o evento B pode por seu turno produzir um terceiro evento, C. O fato que o evento C seja produzido por B não tem nenhuma influência na produ o de B por A.   impossível, uma vez que a a o de B produzindo C   um evento futuro contingente ao tempo em que B   produzido. Tal   a a o di tica, assim chamada porque cada um de seus degraus diz respeito a um par de objetivos.” (Peirce, 1839 – 1914)

ANEXO II

GRÁFICO DAS TRICOTOMIAS PEIRCIANA							
O SIGNMO EM RELAÇÃO A:							
SI MESMO	OBJETO	INTERPRE TANTE		NIVEL DE ANÁLISE	REINO OU CAMPO	CARACTERIS TICA	
		SIGNOS ICÔNICOS HIPOICÔNICOS					
PRIMEIRI DADE	QUALISSIGNO	ÍCONE	IMAGEM	REMA	SINTÁTICO	DO POSSÍVEL	QUALIDADE
SEGUNDI DADE	SINSIGNO	ÍNDICE	DIAGRAMA	DICISSIGNO OU DICENTE	SEMÂNTICO	DO EXISTÊNTE	CHOQUE; REAÇÃO
TERCEIRI DADE	LEGISSIGNO	SÍMBOLO	METÁFORA	ARGUMENTO	PRAGMÁTICO (SIGNIFICADO DE USO EFEITO)	DA NORMA, DA LEI	GENERALIZA ÇÃO

ANEXO III

Segundo André Jacob (1984)

TEOLOGIA

Hamann

K. Barth

Herder

Heidegger

Hegel →→→→→

Cassirer *ANTROPOLOGIA*

Humboldt

De Brosses

NATURALISMO

Bloomfield

Esquema 1: Abordagem antropológica da linguagem (histórica)

FILOSOFIA DA → Teologia da linguagem

LINGUAGEM → Antropologia da linguagem ←←←

→ Biologia da linguagem

	S	como anti-reflexivo
Socio	E	
←←← Étino _____ Linguística	M	→ ESTRUTURALISMO
Psico	I	
	Ó	como anti-genético
	T	
	I	
	C	
	A	

Esquema II: Abordagem antropológica da linguagem (sistemática)
